

ATENÇÃO: Manual do fornecedor disponível em <https://compras.mg.gov.br/aceso-a-informacoes/manuais/fornecedor/>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2024
PLANEJAMENTO Nº 302/2024
EDITAL

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - **ALMG**, conforme autorização expedida pelo Presidente e pelo 1º-Secretário, torna pública a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para aquisição de uniformes.

Para os lotes 5 e 7, esta licitação é destinada exclusivamente à participação de Microempresas – MEs – e Empresas de Pequeno Porte – EPPs –, conforme o art. 48, I, da Lei Complementar 123, de 2006.

Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e Lei Complementar nº 123, de 2006; Leis Estaduais nºs 13.994, de 2001, 14.167, de 2002, e 20.826, de 2013; Decretos Estaduais nºs 47.437, de 2018, 48.723, de 2023, e 48.779, de 2024, e Deliberação da Mesa nº 2.821, de 2023.

A sessão do pregão e os demais procedimentos serão realizados no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

A abertura das “PROPOSTAS DE PREÇOS” e o início da sessão de disputa de preços serão realizados a partir das 9 horas do dia 19/12/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF.

1 - DO OBJETO

1.1 - Aquisição de uniformes para os servidores da ALMG, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento:

1.1.1 - LOTE 1: TERNOS FEMININOS

1.1.1.1 - Item 1: 64 (sessenta e quatro) unidades de terno feminino, na cor preta, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.2 - LOTE 2: TERNOS MASCULINOS

1.1.2.1 - Item 1: 107 (cento e sete) unidades de terno masculino preto, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.2.2 - Item 2: 101 (cento e uma) unidades de terno masculino cinza grafite, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.2.3 - Item 3: 208 (duzentas e oito) unidades de gravata *slim* em cores diversas, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.2.4 - Item 4: 6 (seis) unidades de calça social masculina avulsa, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.3 - LOTE 3: CAMISAS SOCIAIS

1.1.3.1 - Item 1: 160 (cento e sessenta) unidades de camisa social feminina, na cor branca, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.3.2 - Item 2: 475 (quatrocentas e setenta e cinco) unidades de camisa social masculina, na cor branca, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.4 - LOTE 4: UNIFORMES OPERACIONAIS

1.1.4.1 - Item 1: 64 (sessenta e quatro) unidades de calça operacional feminina, na cor preta; conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.4.2 - Item 2: 96 (noventa e seis) unidades de camisas tipo gola polo feminina, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.4.3 - Item 3: 198 (cento e noventa e oito) unidades de calça operacional masculina, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.4.4 - Item 4: 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) unidades de camisas polo unissex, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.5 - LOTE 5: SAPATOS E CINTOS FEMININOS

1.1.5.1 - Item 1: 64 (sessenta e quatro) pares de sapatos sociais femininos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.5.2 - Item 2: 32 (trinta e duas) unidades de cintos sociais femininos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.5.3 - Item 3: 160 (cento e sessenta) pares de meias femininas ¾, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.6 - LOTE 6: SAPATOS E CINTOS MASCULINOS

1.1.6.1 - Item 1: 208 (duzentos e oito) pares de sapatos sociais masculinos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.6.2 - Item 2: 109 (cento e nove) unidades de cintos sociais masculinos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.6.3 - Item 3: 476 (quatrocentos e setenta e seis) pares de meias sociais masculinas, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

1.1.7 - LOTE 7: COTURNO

1.1.7.1 - Item 1: 65 (sessenta e cinco) unidades de coturnos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.

OBSERVAÇÃO: a indicação de marcas como referência para o lote 6 e a escolha de marca/modelo para o lote 7 estão justificadas no Anexo I - Termo de Referência.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Para os lotes 1, 2, 3, 4 e 6, poderão participar desta licitação os interessados que desempenhem suas atividades de forma regular, desde que satisfaçam às exigências deste edital e sejam previamente cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF –, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD –, no Portal de Compras, www.compras.mg.gov.br, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 2018, e alterações.

2.2 - Para os lotes 5 e 7, somente poderão participar desta licitação as microempresas e empresas de pequeno porte legalmente constituídas e que desempenhem suas atividades de forma regular, desde que satisfaçam às exigências deste edital e sejam previamente cadastradas no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF –, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD –, no Portal de Compras, www.compras.mg.gov.br, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 2018, e alterações.

2.3 - Não poderão participar desta licitação:

a) aquele que incidir no estipulado no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) pessoa física ou jurídica incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Lei Estadual nº 13.994, de 2001);

c) aquele que mantiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) aquele que incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

2.4 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5 - A participação no pregão será por meio da digitação da senha relativa à pregoante e subsequente encaminhamento de proposta de preço nas datas e horários previstos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

3 - DO CADASTRAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os fornecedores deverão efetuar o cadastro pelo *site* www.compras.mg.gov.br, opção “CADASTRO DE FORNECEDORES”.

3.1.1 - O gerenciamento do CADASTRO DE FORNECEDORES é realizado exclusivamente pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG –, não cabendo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais solucionar eventuais problemas a ele relacionados.

3.1.2 - As providências necessárias para a realização do cadastramento no CAGEF, em tempo hábil a possibilitar a participação nesta licitação, são de inteira responsabilidade dos interessados.

3.2 - O credenciamento do representante dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva da pregoante, incluindo qualquer transação efetuada, não cabendo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal da pregoante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2.1 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ou em virtude de sua inabilitação.

3.3 - Para os lotes 1, 2, 3, 4 e 6, a microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, deverá comprovar a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF –, nos termos da Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 2016.

3.4 - Para os lotes 5 e 7, as pregoantes participantes desta licitação deverão comprovar a inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF –, como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 2016.

3.5 - As informações complementares sobre o cadastro poderão ser obtidas junto à Central de Atendimento aos Fornecedores, pelo e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br ou pelo preenchimento de formulário na seção Fale Conosco do sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br.

3.6 - A pregoante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.7 - Caberá à pregoante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PELO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 - Os fornecedores interessados em participar do pregão eletrônico deverão remeter, exclusivamente por meio do Portal de Compras, a proposta de preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 - A pregoante declarará em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.2.1 - A falsidade das declarações mencionadas no subitem 4.2 sujeitará o licitante às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

4.3 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, a pregoante deverá preencher os campos referentes aos valores unitários dos itens, valores totais dos itens e valor total da proposta para cada lote.

4.3.1 - Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda nacional, sendo que o valor total da proposta para cada lote deverá conter apenas duas casas decimais, sendo consideradas apenas as duas primeiras, caso a proposta seja apresentada com 3 (três) ou mais.

4.3.2 - O preço total proposto para cada lote deverá ser o somatório dos preços unitários de seus respectivos itens multiplicados pelos quantitativos definidos para contratação de cada item, conforme valor obtido no preenchimento do Anexo III – Proposta de Preços.

4.3.3 - O custo estimado total desta contratação é de R\$ 1.068.261,00 (um milhão, sessenta e oito mil duzentos e sessenta e um reais).

4.4 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.

4.5 - Nos preços cotados na proposta deverão estar incluídos todos os tributos, seguro e frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do procedimento licitatório, os quais deverão ser os praticados na data da abertura da proposta e ficarão a cargo única e exclusivamente da **BENEFICIÁRIA**.

4.5.1 - Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais não optantes pelo Simples Nacional deverão:

a) enviar sua proposta de preços pelo sistema eletrônico com o valor resultante da dedução do ICMS prevista no item 114 da parte 1 do Anexo X do Regulamento do ICMS - RICMS -, bem como na etapa de lances.

b) informar, no detalhamento de Proposta de Preços, os valores COM ICMS e SEM ICMS.

4.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o instrumento, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1 - A apresentação da proposta pela pregoante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com as disposições deste instrumento.

4.8 - O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data marcada para abertura das propostas.

4.9 - A pregoante poderá rever as condições de sua proposta, retirando-a ou substituindo-a, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.10 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pela pregoante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da etapa de lances.

4.11 - A pregoante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA ETAPA DE LANCES

5.1 - No dia e horário previstos neste edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico.

5.1.1 - Ficará a critério da pregoeira a realização simultânea de disputa de 2 (dois) ou mais lotes.

5.2 - Aberta a etapa competitiva, as pregoantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a pregoante imediatamente informada do seu recebimento e respectivos horário de registro e valor.

5.3 - As pregoantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação destes.

5.4 - A pregoante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou com maior percentual de desconto em relação ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.5 - Não serão aceitos lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.6 - Durante o transcurso da sessão pública, as pregoantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais pregoantes, sendo vedada a identificação do detentor do lance.

5.7 - Caso a pregoante não realize lances, será considerado o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

5.8 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.9 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

5.9.1 - Encerrado o período previsto no subitem 5.9, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

5.9.2 - Após o período de que trata o subitem 5.9.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.

5.9.3 - Na hipótese de haver 2 (duas) ou menos propostas nas condições de que trata o subitem 5.9.2, os autores dos 3 (três) melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

5.9.4 - Nos procedimentos de que tratam os subitens 5.9.2 e 5.9.3, a pregoante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

5.9.5 - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 5.9.2 e 5.9.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.9.6 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

5.10 - Na hipótese de desconexão da pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às pregoantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.10.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, após a finalização do envio de lances, e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.11 - Não havendo expediente na **ALMG** ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da pregoeira de data diversa.

5.12 - Para os lotes 1, 2, 3, 4 e 6, após a etapa de envio de lances será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a pregoante que detenha a condição de ME e EPP.

5.12.1 - Entende-se por empate, para efeito do subitem 5.12, aquela situação em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço.

5.12.2 - Ocorrendo a hipótese a que se refere o subitem 5.12.1, o sistema convocará a ME ou EPP mais bem classificada para apresentar proposta de preço inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

5.12.3 - Caso a ME ou EPP a que se refere o subitem 5.12 não exerça a faculdade ali descrita, serão, para o mesmo fim, convocadas sucessivamente as remanescentes cuja situação se enquadre na configuração de empate a que se refere o subitem 5.12.1.

5.13 - Para os lotes 5 e 7, só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

5.13.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.13.2 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.14 - Para os lotes 1, 2, 3, 4 e 6, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e aplicado o critério de desempate, a pregoeira encaminhará contraproposta diretamente à pregoante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

5.15 - Para os lotes 5 e 7, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a pregoeira encaminhará contraproposta diretamente à pregoante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

5.15.1 - Encerrada a negociação, a pregoeira examinará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, observado, no que couber, o art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.15.2 - Caso não haja lances, a pregoante vencedora será aquela que houver ofertado a melhor proposta inicial, desde que o valor proposto esteja dentro do estimado para a contratação.

5.16 - Caso a pregoante detentora da melhor proposta venha a ser desclassificada ou inabilitada, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das pregoantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva pregoante declarada vencedora.

5.17 - Da sessão, a pregoeira gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes. A ata estará disponível para consulta no *site* www.compras.mg.gov.br.

6 - DA APRESENTAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

6.1 - A pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO POR LOTE**.

6.1.1 - O preço, para efeito de julgamento, será obtido por meio do preenchimento do Anexo III – Proposta de Preços.

6.1.2 - A proposta somente será aceita se os valores ofertados para cada item do lote estiverem dentro do preço de referência unitário estimado no processo.

6.2 - Sob pena de desclassificação e incidência das sanções legais cabíveis, o detentor da melhor oferta deverá enviar, no prazo de 2 (duas) horas, contadas da convocação pelo sistema, o qual poderá ser motivadamente prorrogado pela pregoeira, arquivo de proposta ajustada ao valor de seu último lance, conforme modelo do Anexo III - Proposta de Preços, via sistema, por meio de *link* existente na convocação, não sendo considerados documentos enviados por meio diverso.

6.2.1 - O efetivo envio da documentação no prazo previsto no subitem 6.2 é de exclusiva responsabilidade da pregoante.

6.2.2 - O detalhamento da Proposta de Preços, modelo constante do Anexo III deste edital, deverá conter o nome empresarial, CNPJ, endereço com CEP, e-mail e telefone. A proposta deverá ser redigida com clareza, datada e assinada pelo representante legal da

pregoante, procurador ou pelo representante credenciado no Portal de Compras, e conter expressamente as informações exigidas no respectivo anexo e o preço proposto conforme subitem 4.3 deste edital.

6.2.2.1 - O endereço de e-mail constante da proposta deverá ser obrigatoriamente aquele utilizado para cadastramento do(s) representante(s) legal(is) da pregoante na hipótese de ser a adjudicatária, como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI-ALMG.

6.2.2.2 - Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 48.589, de 2023, e suas propostas deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados, o preço resultante da dedução do ICMS conferida, e o preço a ser considerado para fins de pagamento será o resultante da dedução do ICMS.

6.2.2.2.1 - O disposto no subitem 6.2.2.2 aplica-se, inclusive, aos fornecedores sujeitos ao Regime de Substituição Tributária.

6.2.2.2.2 - O disposto nos subitens 6.2.2.2 e 6.2.2.2.1 não se aplica no caso de ME e EPP que seja optante pelo Simples Nacional e que atenda as exigências previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3 - Ao apresentar a proposta de preços, a pregoante declara que esta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

6.4 - A pregoeira e sua equipe de apoio poderão acessar o *site* do fabricante do produto ofertado no dia e hora designados para a abertura deste pregão, com a finalidade de obter informações sobre as características técnicas do produto, caso em que prevalecerão, para efeito de julgamento, as informações obtidas e disponibilizadas no referido *site*, naquele momento. Não serão consideradas, para nenhum fim, as modificações e/ou adaptações procedidas após a consulta efetuada.

6.5 - No prazo de 15 (quinze) dias, deverá ser entregue uma unidade de amostra de cada produto cotado. As amostras deverão atender a todas as especificações do Anexo V - Especificações do Objeto - e ser etiquetadas com identificação da pregoante.

6.5.1 - Para os itens 2 e 4 do lote 4 a amostra poderá ser apresentada sem o *silk*, observado o disposto no subitem 6.5.7.

6.5.2 - Para o item em que há escolha de marca ou caso o produto ofertado seja da marca de referência indicada, fica dispensada a apresentação de amostras.

6.5.3 - As amostras deverão ser entregues na Diretoria de Polícia Legislativa - DPol - da **ALMG**, na Rua Rodrigues Caldas, nº 30, andar térreo, no Bairro Santo agostinho, em Belo Horizonte/MG, CEP: 30190-921, no horário das 9 às 18 horas.

6.5.4 - As peças referentes ao subitem 1.1.2.1, ternos masculinos, devem incluir um conjunto na cor preta e outro na cinza grafite.

6.5.5 - As amostras deverão ser apresentadas acompanhadas de laudo técnico dos tecidos, emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, observadas as normas brasileiras NBR 10591/2008 e NBR 12546/2017 e outras pertinentes, detalhando a gramatura e a composição do tecido para todos os itens dos lotes 1, 2, 3 e 4, **exceto para as gravatas, item 1.1.2.3 do Lote 2**.

6.5.6 - Deverão acompanhar as amostras dos **lotes 1, 2, 3 e 4** um corte do tecido com que foram confeccionadas de, ao menos, um metro de comprimento por toda a largura do rolo de tecido, a fim de permitir eventual exame quantitativo e qualitativo do tecido.

6.5.7 - Para o lote 4, a amostra deverá incluir mais um corte, com ao menos 50cm (cinquenta centímetros) de largura pela mesma medida de comprimento, do tecido com que confeccionará as camisas polo feminina, subitem 1.1.4.2, e unissex, subitem 1.1.4.4, no qual estejam impressas inscrições de características e dimensões semelhantes às imagens do Anexo VI - Logomarcas -, em tinta indelével branca.

6.5.8 - As amostras dos **lotes 5 e 6** deverão conter nome do fabricante e numeração de acordo com as normas do CB-11 do Comitê Brasileiro de Couro, Calçados e Artefatos de Couro.

6.5.9 - As amostras, caso aprovadas, serão referência para conferência dos uniformes e ficarão retidas até o momento da entrega definitiva dos produtos.

6.5.10 - Os itens apresentados como amostras poderão ser abertos e submetidos aos testes necessários (inclusive ensaios destrutivos) para verificação dos itens constantes nas especificações técnicas. Neste caso, serão devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, podendo estar danificados em função dos testes.

6.5.11 - Os testes para avaliação de qualidade das amostras poderão ser acompanhados pelos interessados em local e hora a serem definidos posteriormente.

6.5.12 - Todas as despesas com o envio da amostra ficarão a cargo da pregoante.

6.5.13 - A efetiva entrega da(s) amostra(s) no prazo previsto no subitem 6.5 é de exclusiva responsabilidade da pregoante, não se responsabilizando a **ALMG** por qualquer atraso no recebimento.

6.5.14 - Sendo aprovadas, as unidades das amostras permanecerão na posse da **ALMG**, não serão deduzidas da quantidade total de unidades a serem entregues e estarão à disposição da pregoante vencedora para serem recolhidas após a entrega total das peças.

6.5.15 - Sendo reprovada a amostra, todas as despesas com sua devolução correrão a cargo da pregoante, que deverá retirá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a homologação respectiva por parte da **ALMG**, sob pena de sua inutilização.

6.5.16 - Amostras de produtos com qualidade julgada superior pela pregoante serão avaliadas pela **ALMG** e poderão ser aceitas desde que seja mantido o padrão dos uniformes da Polícia Legislativa.

6.6 - As MEs e a EPPs deverão apresentar a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo a pregoeira, na sua falta, consultar a opção por esse regime por meio do *site* <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>.

6.7 - Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com os termos deste edital, inclusive quanto a não apresentação de amostra; que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente; que contiverem vícios insanáveis; que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital; que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação; que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - A habilitação da pregoante será aferida por intermédio de documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista e à qualificação técnica.

7.1.1 - A habilitação jurídica será comprovada por:

7.1.1.1 - Para os lotes 1, 2, 3, 4 e 6:

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com a última alteração, se houver, registrado, e, no caso de associação ou sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e prova de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.2 - Para os lotes 5 e 7:

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com a última alteração, se houver, registrado,

7.1.2 - A regularidade fiscal, social e trabalhista será atestada por:

a) certificado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

c) certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

d) certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;

e) certidão de regularidade trabalhista;

f) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.2.1 - Os documentos referidos nos subitens 7.1.1 e 7.1.2 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.1.2.2 - A regularidade perante o FGTS, a Fazenda Federal e o INSS, sempre que disponível, será aferida nos *sites* respectivos.

7.1.2.3 - A prova de regularidade com a Fazenda Federal e a Previdência Social deverá ser feita mediante a apresentação de certidão expedida conforme a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2014.

7.1.2.4 - A prova de regularidade com a Fazenda Estadual deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito Plena ou ainda Certidão Positiva com Efeito de Negativa.

7.1.2.5 - A prova de regularidade trabalhista deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva Com Efeito de Negativa.

7.1.2.6 - As MEs e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que essa apresente alguma restrição, caso em que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.1.3 - A qualificação técnica será atestada por:

a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução, de forma satisfatória, pela pregoante ao cliente, de fornecimento de bens similares de complexidade técnica e operacional compatíveis com o objeto desta licitação.

a.1) do(s) atestado(s) deverão constar:

a.1.1) nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail);

a.1.2) local e data de emissão;

a.1.3) nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela emissão e veracidade das informações;

a.1.4) período da execução da atividade.

a.2) para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Peças	Quant. mínima
Ternos femininos	32
Ternos masculinos	104
Camisas sociais femininas	80
Camisas sociais masculinas	237
Calças operacionais femininas	32
Camisas polo femininas	48
Calças operacionais masculinas	99
Camisas polo unissex	277

Pares de sapatos de couro femininos	32
Pares de sapatos de couro masculinos	104

a.3) Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.1.3.1 - A **ALMG** poderá conferir as informações de que trata o documento referido no subitem 7.1.3 alínea “a”, não se isentando a pregoante da responsabilidade pela fidelidade das informações.

7.1.3.2 - O atestado mencionado no subitem 7.1.3, alínea “a”, deverá conter elementos suficientes que permitam a análise por parte do setor técnico da **ALMG**.

7.2 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, total ou parcialmente, pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC - emitido pelo CAGEF, nos termos do art. 33, §4º, do Decreto Estadual nº 48.723, de 2023, desde que conste a indicação das respectivas certidões solicitadas sem nenhuma restrição.

7.2.1 - As pregoantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, desde que afirmem, no campo próprio do sistema, que utilizam o CRC.

7.3 - A pregoante, ao participar do certame, afirma cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas, responsabilizando-se pela veracidade destas informações.

7.4 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) em nome da pregoante, com número do CNPJ e endereço respectivo;

b) em nome da sede (matriz), se a pregoante for a sede (matriz);

c) em nome da filial, se a pregoante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

7.5 - Sob pena de inabilitação e incidência das sanções legais cabíveis, a pregoante que tiver a proposta aceita deverá enviar, pelo sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contados da convocação, o qual poderá ser motivadamente prorrogado pela pregoeira, a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, que não esteja contemplada no CRC, bem como a documentação referente à qualificação técnica.

7.5.1 - Os documentos deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias da data prevista para a abertura das propostas, quando não houver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal, ressalvado o atestado de capacidade técnica descrito no subitem 7.1.3, alínea “a”, do qual não é exigida limitação de data.

7.5.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.5.2.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas pregoantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.5.2.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.5.3 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de qualquer documento, a pregoeira abrirá prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação da documentação original, sob pena de inabilitação.

7.6 - A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO da pregoante.

7.7 - Havendo superveniência de fato impeditivo à participação do certame, fica a pregoante obrigada a declará-lo, sob o risco de sofrer as penalidades legais cabíveis.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - As pregoantes poderão, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, manifestar a intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.1.1 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pela pregoeira, ficando as demais pregoantes, desde logo, intimadas a apresentarem as eventuais contrarrazões dentro de igual prazo, em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo II – Modelo de encaminhamento das razões de recurso e contrarrazões.

8.1.2 - As peças recursais deverão ser enviadas, exclusivamente, por meio do campo apropriado do Portal de Compras.

8.1.3 - Será assegurada às pregoantes vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.2 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

8.3 - A falta de manifestação imediata da pregoante importará a renúncia do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor pela autoridade competente.

8.4 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

8.5 - Julgado o recurso, a decisão será publicada no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Da assinatura e da contratação

9.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e pela **BENEFICIÁRIA**.

9.1.1.1 - Os preços registrados e a indicação da respectiva **BENEFICIÁRIA** serão divulgados no *Diário do Legislativo* e ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.1.1.1.1 - A publicidade de que trata o subitem 9.1.1.1 poderá ser substituída por publicação em sítio eletrônico do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.2 - A assinatura da Ata de Registro de Preços é pré-requisito para a contratação da **BENEFICIÁRIA**, que será formalizada por Autorização de Fornecimento.

9.1.2.1 - A **BENEFICIÁRIA** terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação, para aceitar a Autorização de Fornecimento e, em caso de recusa sem justificativa aceita, poderá o **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as respectivas sanções, conforme o subitem 10.8.

9.1.3 - A **BENEFICIÁRIA** deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a Ata de Registro de Preços e a Autorização de Fornecimento, bem como conservá-las durante toda a execução dos referidos instrumentos.

9.1.4 - A existência de Ata de Registro de Preços não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a firmar as contratações que dela possam advir, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, respeitada a legislação relativa às licitações e assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

9.2 - Da vigência

9.2.1 - A Ata de Registro de Preços vigorará por 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

9.2.2 - A ARP poderá ser prorrogada por 1 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso e limitada a quantidade do objeto da prorrogação apenas ao saldo não consumido.

9.2.3 - Ocorrendo ou não a prorrogação, esta ARP vigorará até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua vigência, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

9.3 - Da alteração da ARP e do critério de reajuste de preço

9.3.1 - Esta ARP poderá sofrer alterações, de acordo com as normas de regência, especialmente as disposições contidas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no Decreto Estadual nº 48.779, de 2024.

9.3.1.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ARP.

9.3.2 - O preço inicialmente contratado é fixo e irrevogável no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, em 27/9/2024.

9.3.2.1 - Após o prazo de um ano, o preço inicial poderá sofrer reajuste calculado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3.2.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do primeiro reajuste.

9.3.3 - As alterações de preços desta ARP obedecerão às seguintes regras:

I - o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá convocar a **BENEFICIÁRIA** para negociar novo valor, visando à redução do preço inicialmente registrado quando, por motivo superveniente, o preço inicial tornar-se superior aos praticados no mercado e, sendo frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

II - caso a **BENEFICIÁRIA** não possa cumprir o compromisso em razão de o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e comunicar esse fato em data anterior à da expedição da ordem de serviço, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberá-la do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados.

III - na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e II deste subitem, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os demais fornecedores para a negociação do preço registrado, observada a ordem de classificação;

IV - frustradas as negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** comunicará o fato aos ordenadores da despesa, para as providências necessárias à revogação da ata de registro de preços ou ao cancelamento de item do registro e à abertura de processo específico para a obtenção de contratação mais vantajosa.

9.3.4 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados, estes poderão ser alterados para mais ou para menos, conforme o caso.

9.3.5 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá aceitar que o fornecedor entregue, para o item, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado em ata, por motivo superveniente à licitação e desde que esse produto possua, comprovadamente, desempenho ou qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado.

9.3.6 - Eventuais alterações realizadas nesta ARP deverão ser divulgadas nos moldes estabelecidos no art. 18 do Decreto nº 48.779, de 2024, inclusive a mudança de marca ou modelo dos itens ou seus respectivos preços.

9.4 - Do cancelamento do registro de preços

9.4.1 - A **BENEFICIÁRIA** poderá ter seu registro cancelado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** quando:

- a) descumprir as condições do edital do Pregão Eletrônico nº 069/2024 ou da ata de registro de preços;
- b) não aceitar a Autorização de Fornecimento, no prazo estabelecido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sem justificativa aceita por este;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021.

9.4.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por decisão da autoridade competente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.4.3 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido da **BENEFICIÁRIA**.

10 - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O objeto deve ser executado diretamente pela **BENEFICIÁRIA**, não podendo ser subcontratado, excetuado aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** pelos ônus e perfeição técnica do objeto.

10.1.1 - Na excepcional hipótese de subcontratação prevista no subitem 10.1, permanece a responsabilidade integral da **BENEFICIÁRIA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.2 - A **BENEFICIÁRIA** deverá, durante toda a execução do contrato:

10.2.1 - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.2.2 - cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

10.3 - É vedado à **BENEFICIÁRIA** a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.4 - Somente a **BENEFICIÁRIA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.5 - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.5.1 - O fornecimento das peças ocorrerá sob demanda pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

10.5.2 - Em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF -, a **BENEFICIÁRIA** deverá realizar a aferição das medidas dos servidores para os ternos, calças avulsas, camisas e uniformes táticos (**lotes 1, 2, 3 e 4**) e das numerações de calçados (**lotes 5, 6 e 7**) a fim de fornecer peças que se adequem precisamente aos corpos de cada servidor.

10.5.2.1 - A aferição das medidas e numerações, o fornecimento das peças, a realização dos ajustes e eventual troca de peças por inadequação aos corpos dos servidores ocorrerão nas instalações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, às expensas da **BENEFICIÁRIA**.

10.5.2.2 - A referida aferição deverá ser realizada na rua Rodrigues Caldas, nº 79, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, no período de 9 às 17 horas, em três dias úteis seguidos ou em outros dias úteis que contemplem os dias de trabalho das equipes noturnas.

10.5.2.3 - A **BENEFICIÁRIA** poderá, a fim de otimizar a aferição individualizada, utilizar-se de grades de medidas, desde que prevaleçam em relação às peças padronizadas as peculiaridades de cada servidor. A utilização de grades deve observar ao menos a disponibilização de:

- a) unidades de paletós femininos, novos, iguais à amostra aprovada, de numerações 38 a 44;
- b) unidades de calças femininas, novas, iguais à amostra aprovada, de numerações 36 a 44;
- c) unidades de paletós masculinos, novos, iguais à amostra aprovada, de numerações 42 a 56;
- d) unidades de calças masculinas, novas, iguais à amostra aprovada, de numerações 38 a 50;
- e) unidades de sapatos masculinos, novos, na caixa, iguais à amostra aprovada, de numerações 37 a 44;
- f) unidades de sapatos femininos, novos, na caixa, iguais à amostra aprovada, de numerações 34 a 39;
- g) unidades de coturnos, novos, na caixa, iguais à amostra aprovada, de numerações 35 a 45.

10.5.2.4 - Concluídas as aferições das medidas e numerações, a **BENEFICIÁRIA** entregará ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** relatórios descritivos das medidas e tamanhos dos servidores para cada um dos itens do(s) lote(s) que lhes foram adjudicados.

10.5.2.4.1 - Para cada item, um relatório deve indicar todas as medidas de vestuário e as numerações de calçados de cada servidor; outro, a quantidade total de itens por tamanhos.

10.5.2.4.2 - Os relatórios deverão ser entregues datados e assinados pelo representante da **BENEFICIÁRIA**.

10.5.2.5 - Os pares de calçados dos **lotes 5, 6 e 7** enviados na grade de numeração, desde que novos e de primeiro uso, poderão ser deduzidos do quantitativo total a ser entregue.

10.5.3 - No prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da primeira Autorização de Fornecimento referente ao lote 4, a **BENEFICIÁRIA** deste lote deverá enviar, para aprovação, duas unidades de camisas do item 4: uma com as imagens e inscrições da Polícia Legislativa e outra com as do Procon, na forma do Anexo VI - Logomarcas - deste instrumento.

10.5.3.1 - Se aprovadas, as referidas camisas serão descontadas das quantidades a serem entregues.

10.5.4 - O prazo de entrega de todos os itens será de 45 (quarenta e cinco) dias após a conclusão das aferições das medidas e numerações, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte/MG, no período das 9 às 17 horas.

10.5.4.1 - A entrega dos itens dos **lotes 3, 4, 5, 6 e 7** será realizada pelo acondicionamento dos volumes em local indicado pelo representante do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

10.5.4.2 - O procedimento de entrega dos itens dos **lotes 1 e 2** deve se estender por ao menos 3 (três) dias seguidos, entre segunda e sexta-feira, ou em outros dias úteis que contemplem os dias de trabalho das equipes noturnas da Polícia Legislativa.

10.5.4.3 - Devem ser ainda observadas as seguintes exigências:

- a) os ternos masculinos e femininos devidamente passados, separados em embalagens e cabides plásticos próprios para acondicionamento de ternos, fechadas, individualizadas e identificadas com o nome completo do servidor(a);
- b) as camisas sociais masculinas e femininas devidamente passadas, separadas em embalagens plásticas fechadas, individualizadas e identificadas com o nome completo do servidor(a);

c) os uniformes operacionais devidamente passados, separados em embalagens plásticas fechadas, individualizadas e identificadas com o nome completo do servidor(a).

10.5.4.4 - Em relação às imagens que serão grafadas nas camisas gola polo do item 4 do lote 4, subitem 1.4.4, devem ser observadas as seguintes determinações:

10.5.4.4.1 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** definirá, por meio de instrumento próprio, em quantas unidades, e os respectivos tamanhos, serão grafadas as imagens e inscrições do Procon, na forma descrita no tipo 2 do Anexo VI - Logomarcas.

10.5.4.4.2 - As camisas em que foram grafadas as inscrições do Procon deverão ser entregues em embalagens que as reúnam por tamanho, não se aplicando a essas o disposto na alínea 'c' do subitem 10.5.4.3.

10.5.4.4.3 - Às camisas em que forem grafadas as inscrições da Polícia Legislativa, na forma descrita no tipo 1 do Anexo VI - Logomarcas -, aplicam-se as determinações dos subitens 10.5.2 a 10.5.2.4.2 e 10.5.4.3, alínea 'a';

10.5.4.5 - As embalagens devem assegurar o adequado acondicionamento e proteção dos uniformes durante o transporte e distribuição.

10.5.5 - A **BENEFICIÁRIA** deverá, ainda:

10.5.5.1 - Realizar, por sua conta e risco, para cada servidor, a identificação dos ajustes que se fizerem necessários nos itens dos **lotes 1, 2, 3 e 4**, salvo para as gravatas.

10.5.5.1.1 - Esses ajustes deverão ser concluídos no máximo em 15 (quinze) dias, contados do encerramento do prazo de entrega.

10.5.5.2 - Substituir, no prazo de 30 (trinta) dias, as peças entregues fora das medidas do(a) servidor(a).

10.5.5.3 - Arcar com todas as despesas com transporte de envio de amostras, entrega dos uniformes, ajustes e troca das peças fornecidas.

10.5.6 - Permanecem para a **BENEFICIÁRIA** as obrigações de garantia contra defeitos de fabricação e vícios ocultos por até 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo.

10.5.6.1 - Todas as despesas necessárias para efetuar a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante a garantia, ficarão a cargo da **BENEFICIÁRIA**, inclusive retirada e entrega.

10.5.7 - Deveres da BENEFICIÁRIA:

a) Entregar todas as peças no mesmo material e qualidade de confecção das amostras apresentadas e aprovadas.

b) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, seus anexos e em sua proposta de preços, assumindo com exclusividade os riscos inerentes e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, inclusive nas hipóteses de subcontratação.

c) Fazer constar, nas etiquetas de cada peça, em português e padrões do Brasil, as informações sobre seu tamanho, composição e instruções de lavagem.

d) Efetuar a entrega dos itens objeto deste instrumento em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local definidos, acompanhados dos respectivos documentos fiscais.

e) Assegurar que terceiros contratados observem as normas de acesso e de permanência nas edificações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, bem assim as de proteção de dados pessoais, na forma do item 12 deste instrumento.

f) Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, item de vestuário ou calçado com avarias, defeitos ou que não se adequem ao corpo do servidor do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

g) Responsabilizar-se civil e administrativamente por danos causados e/ou decorrentes da execução dos serviços de terceiros por ela contratados.

h) Manter telefone e *e-mail* atualizados para fins de comunicação entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a **BENEFICIÁRIA**.

10.5.8 - Direitos e deveres do ÓRGÃO GERENCIADOR:

a) Providenciar espaço físico em suas dependências para realização das aferições das medidas das peças de vestuário e das numerações de calçados de cada servidor.

b) Receber de cada **BENEFICIÁRIA** os relatórios, que corresponderem aos seus contratos, com as medidas e numerações de todos os servidores e os com as quantidades totais de cada item por tamanho.

c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento ou rejeitá-lo, no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado no instrumento convocatório ou normas pertinentes.

d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

e) Comunicar à **BENEFICIÁRIA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que, no prazo que fixar, seja substituído, reparado ou corrigido.

f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **BENEFICIÁRIA**, através de servidor especialmente designado.

g) Efetuar, condicionado à emissão do recebimento definitivo pelo gestor do contrato, o pagamento à **BENEFICIÁRIA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento.

10.5.8.1 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **BENEFICIÁRIA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de agentes, prepostos, empregados ou terceirizados da **BENEFICIÁRIA**.

10.6 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

10.6.1 - A execução da ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes serão acompanhadas e fiscalizadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** por meio da GPól, área gestora da contratação, que deverá manter contato permanente com a **BENEFICIÁRIA** ou seu representante.

10.6.2 - A ação fiscalizadora do **ÓRGÃO GERENCIADOR** não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas neste instrumento, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou irregularidades constatadas.

10.6.3 - À equipe fiscal do **ÓRGÃO GERENCIADOR** compete, dentre outras providências:

- a) sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) recusar qualquer produto que não atenda às especificações mencionadas neste instrumento;
- c) decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do objeto;
- d) acertar com o **ÓRGÃO GERENCIADOR** as alterações nas sequências dos trabalhos que forem julgadas convenientes ou necessárias.

10.6.4 - Recebimento provisório:

10.6.4.1 - O recebimento provisório será emitido, em até 5 (cinco) dias após a alocação dos volumes transportados no local indicado pelo representante do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, desde que haja correspondência entre esses e a descrição no documento fiscal do serviço de transporte.

10.6.4.2 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, se as quantidades e volumes não corresponderem às dos documentos de transporte, os volumes ou embalagens estiverem violados, rompidos, deteriorados, sujos ou molhados.

10.6.4.3 - Não serão recebidos volumes alocados em local diverso do indicado pelo representante da **BENEFICIÁRIA**.

10.6.4.4 - Os itens rejeitados devem ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da **BENEFICIÁRIA**, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.6.5 - Recebimento definitivo:

10.6.5.1 - O recebimento definitivo dos itens correspondentes aos **lotes 1, 2, 3 e 4** será emitido, por meio de termo próprio circunstanciado, em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão dos ajustes, se a verificação demonstrar que atendem os requisitos e especificações deste instrumento.

10.6.5.2 - Os itens referentes aos **lotes 5, 6 e 7** serão recebidos definitivamente, por meio de termo próprio circunstanciado, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento provisório, se a verificação demonstrar que atendem os requisitos e especificações deste instrumento.

10.6.6 - Os itens serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da **BENEFICIÁRIA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.6.7 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.6.8 - O(s) fiscal(is) anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato, para as providências cabíveis.

10.7 - DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO

10.7.1 - A liquidação da despesa será realizada pela área gestora do contrato, por meio da aceitação formal do objeto, desde que cumpridas as exigências contratuais e mediante a apresentação dos documentos fiscais e Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND.

10.7.1.1 - Para fins de empenho e pagamento, a **BENEFICIÁRIA** deverá possuir cadastro ativo no Portal de Compras (www.compras.mg.gov.br) e os documentos relativos à prova de quitação com a Fazenda Federal, prova de quitação com a Fazenda Estadual e Certificado de Regularidade do FGTS deverão estar vigentes no Certificado de Registro Cadastral do Fornecedor – CRC.

10.7.2 - Ressalvada a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, em caso de sociedade, empresa individual ou empresário, estabelecidos no Estado de Minas Gerais, inclusive aquelas sujeitas ao regime de substituição tributária, os documentos fiscais deverão refletir o preço do produto ofertado, com a mesma dedução do ICMS lançada na proposta.

10.7.2.1 - Havendo hipótese de isenção prevista no item 114 da parte 1 do Anexo X do Regulamento do ICMS, a **BENEFICIÁRIA** deverá emitir documentos fiscais constando no campo “Informações Complementares” ou no campo “Observações” os valores da operação sem a isenção e o valor do ICMS dispensado, vedado o seu lançamento nos campos “Base de Cálculo do ICMS” e “Valor do ICMS” do documento fiscal.

10.7.3 - O pagamento será à vista, mediante processo administrativo. A **BENEFICIÁRIA** apresentará os documentos fiscais à GPol e o **ÓRGÃO GERENCIADOR** disporá de 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento, contados do recebimento definitivo, por meio de depósito em conta bancária de titularidade da **BENEFICIÁRIA**, formalmente indicada com os demais dados necessários à sua operacionalização nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.821, de 2023.

10.7.3.1 - Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente para os *e-mails* constantes do subitem 13.14 deste instrumento.

10.7.4 - Será aplicada a retenção do Imposto de Renda, nos termos do art. 2º-A, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.7.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

10.7.6 - Havendo erro no documento fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **BENEFICIÁRIA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

10.7.7 - O pagamento será considerado realizado na data de emissão da respectiva ordem bancária.

10.7.8 - Em caso de atraso nos pagamentos por culpa do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, incidirão, sobre o período compreendido entre a data

limite para pagamento de cada parcela e a data do efetivo pagamento, juros de mora, calculados de acordo com o índice de remuneração da caderneta de poupança, e correção monetária, calculada pela variação acumulada do IPCA.

10.7.9 - O ÓRGÃO GERENCIADOR não efetuará pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

10.8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.8.1 - A apuração de responsabilidade e a aplicação de sanções observará o disposto na Deliberação da Mesa nº 2.821, de 2023.

10.8.2 - A pregoante ou **BENEFICIÁRIA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à:

- a) inexecução parcial da ARP ou dos respectivos contratos;
- b) inexecução parcial da ARP ou dos respectivos contratos, que cause grave dano ao patrimônio ou à imagem do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, aos serviços por ele prestados ou ao interesse coletivo decorrente de sua função institucional;
- c) inexecução total da ARP ou dos respectivos contratos;

II - deixar de entregar documentação exigida para o certame;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - deixar de firmar a ARP, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta, ou deixar de firmar os respectivos contratos, ou de entregar a documentação exigida para a contratação;

V - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VI - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, a execução da ARP ou dos respectivos contratos;

VII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução desta ARP e dos respectivos contratos;

VIII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IX - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

X - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.8.3 - A pregoante ou **BENEFICIÁRIA** que incidir nas condutas irregulares previstas neste instrumento estará sujeita às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a administração pública direta ou indireta do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta dos entes federativos, pelo prazo de três a seis anos.

10.8.3.1 - A multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.8.3.2 - A aplicação das sanções previstas no subitem 10.6.3 não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** e não impede a extinção do contrato por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em qualquer fase do processo de apuração de responsabilidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.8.4 - A multa compensatória poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, ao responsável por infração administrativa.

10.8.5 - Se a conduta ocorrer durante a fase de seleção do fornecedor, os percentuais previstos no quadro 1 incidirão sobre o valor estimado da contratação.

10.8.6 - Nos contratos plurianuais, os percentuais previstos no quadro 1 incidirão sobre o valor anual atualizado do contrato.

10.8.7 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **BENEFICIÁRIA** a multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento), correspondente a sessenta dias de atraso, na forma prevista em edital ou contrato.

10.8.8 - A aplicação de multa de mora não impedirá que o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

10.8.9 - O valor da multa aplicada será:

I – retido dos pagamentos devidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inclusive os decorrentes de outros contratos firmados com a **BENEFICIÁRIA**;

II – descontado do valor da garantia prestada, se houver;

III – pago por meio de depósito bancário; ou

IV – cobrado judicialmente.

10.9.10 - A dosimetria das sanções administrativas levará em consideração os intervalos abaixo discriminados, conforme disposto na Lei 14.133, de 2021, e nos Anexos I, II e III da Deliberação da Mesa nº 2.821, de 2023:

Multa Compensatória	
Conduta ensejadora da sanção	Valor*
	*Obs.: Se a conduta ocorrer durante a fase de seleção do fornecedor, os percentuais incidirão sobre o valor estimado da contratação. No caso dos

	contratos plurianuais, os percentuais incidirão sobre o valor anual atualizado do contrato
Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação.	De 0,5% a 1% sobre o valor contratado
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.	
Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	
Dar causa à inexecução parcial da ARP e dos respectivos contratos.	De 5% a 20% sobre o valor da parcela não executada do objeto
Dar causa à inexecução parcial da ARP e dos respectivos contratos, que resulte em grave dano ao ÓRGÃO GERENCIADOR, ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo.	De 5% a 20% sobre o valor contratado
Dar causa à inexecução total do objeto da ARP e dos respectivos contratos.	
Não assinar a ARP e os respectivos contratos.	
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a licitação ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP e dos respectivos contratos..	De 20% a 30% sobre o valor contratado
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP e dos respectivos contratos.	
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	

Quadro 1 – Multa Compensatória

IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	
Conduta ensejadora da sanção	Período de impedimento
Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação.	Até quatro meses.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Até seis meses.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	Até um ano.
Dar causa à inexecução parcial da ARP e dos respectivos contratos, que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Até dois anos.
Dar causa à inexecução total da ARP e dos respectivos contratos.	Até três anos.
Não firmar a ARP ou os respectivos contratos.	

Quadro 2 – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS ENTES FEDERATIVOS	
	Período de duração da sanção*

Conduta ensejadora da sanção	* Observado o mínimo de três anos e o máximo de seis anos
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a licitação ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP e dos respectivos contratos.	Até quatro anos.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP e dos respectivos contratos.	Até seis anos.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	

Quadro 3 – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública dos entes federativos

11 - DO CADASTRO DO USUÁRIO EXTERNO NO SEI-ALMG

11.1 - Caso a ata de registro de preços venha a ser assinada eletronicamente, o(s) representante(s) legal(is) da pregoante adjudicatária receberá(ão) e-mail da ALMG solicitando que efetue(m) cadastro como usuário(s) externo(s) no Sistema Eletrônico de Informação – SEI-ALMG, endereço eletrônico https://sei.almg.gov.br/usuario_externo, por meio de e-mail e senha pessoais e intransferíveis.

11.1.1 - Para ativar o cadastro, o(s) representante(s) legal(is) da pregoante adjudicatária deverá(ão) enviar cópia de RG, CPF e comprovante de endereço para o e-mail: sei.cadastro@almg.gov.br. O teor e a autenticidade de documentos originais ou de cópias recebidos pela ALMG são de responsabilidade do interessado que os apresentou.

11.1.2 - São deveres do usuário externo do SEI: manter o sigilo da senha de acesso, atualizar os dados cadastrais sempre que necessário e verificar periodicamente o recebimento de e-mails. O usuário responderá administrativa, civil e penalmente pelas ações efetuadas por intermédio do acesso ao sistema.

11.2 - A realização do cadastro como usuário externo no SEI-ALMG, instituído por meio da Deliberação da Mesa nº 2.712, de 2019, importará a aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.710, de 2019, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

12 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1 - As partes obrigam-se a proteger os dados pessoais de que terão acesso em função deste contrato, bem como a cumprir todas as determinações da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e dos órgãos reguladores/fiscalizadores da matéria, atuando em perfeita conformidade com as políticas de proteção de dados pessoais existentes.

12.2 - As partes, quando for o caso, deverão possibilitar o exercício dos direitos do titular dos dados pessoais, conforme legislação brasileira vigente, comprometendo-se a informá-lo sobre as regras, diretrizes e finalidades de tratamento de seus dados pessoais no âmbito da realização das atividades decorrentes desta contratação.

12.3 - A **BENEFICIÁRIA** deverá manter sigilo em relação aos dados pessoais tratados em virtude deste instrumento, garantindo que todos os seus empregados estejam comprometidos e sujeitos ao dever de confidencialidade, bem como devidamente instruídos e capacitados para o tratamento de dados pessoais.

12.3.1 - O dever de confidencialidade mantém-se ainda que a relação entre as partes venha a ser extinta, independentemente dos motivos que derem causa à sua extinção.

12.4 - Qualquer ocorrência de violação do sigilo dos dados deve ser imediatamente comunicada à outra parte, sendo que todas as apurações e medidas de contenção, incluindo aquelas especificadas na legislação competente acerca da matéria, devem ser tomadas, de forma imediata, a fim de minimizar danos.

12.5 - Os dados pessoais da **BENEFICIÁRIA**, assim como das demais pessoas vinculadas à execução deste contrato, passarão a constar nas interfaces do **ÓRGÃO GERENCIADOR** como forma de permitir o perfeito cumprimento deste objeto.

12.6 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** atuará em perfeita sintonia à proteção dos dados pessoais, sendo que todos os procedimentos necessários ao fiel cumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) estão dispostos na Deliberação da Mesa nº 2.766/2021.

12.7 - Os documentos apresentados pelas licitantes durante a fase de seleção do fornecedor, que contenham dados pessoais, poderão ser compartilhados com as demais licitantes quando seu acesso for relevante para a interposição de recursos ou para a preservação do princípio da publicidade das licitações.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Este processo é eletrônico e estará disponível para vista, a partir da data de publicação do aviso no *Diário do Legislativo*, mediante solicitação, que deverá ser enviada para o e-mail licitacao@almg.gov.br. A vista será concedida desde que o processo não esteja em fase de análise interna.

13.2 - Os prazos mencionados neste edital, bem como nas respectivas propostas, somente terão início e término em dia de expediente na **ALMG**, e serão sempre considerados em dias corridos, salvo se outra forma for prevista.

13.2.1 - Para efeito de aplicação do previsto neste subitem, os prazos indicados para quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o da validade das propostas, serão considerados prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, se recaírem em data em que não haja expediente na **ALMG**.

13.2.2 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.3 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou

impugnar o ato convocatório do pregão, exclusivamente pelo Portal de Compras, nos termos do Decreto Estadual nº 48.723, de 2023.

13.3.1 - Os pedidos de esclarecimentos, bem como as impugnações referentes ao processo licitatório serão enviados à pregoeira até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente pelo sistema eletrônico.

13.3.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração Pública.

13.3.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

13.3.4 - Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos no mesmo prazo das impugnações.

13.4 - A **ALMG** poderá anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que disto decorra qualquer direito às pregoantes, observado o disposto no art. 148 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5 - A nulidade do processo licitatório induzirá à dos atos dele decorrentes.

13.6 - É facultado à pregoeira, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.7 - As pregoantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.8 - A pregoeira poderá solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

13.9 - A pregoeira poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

13.10 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

13.11 - O resultado da licitação será divulgado mediante aviso no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

13.12 - Respeitados os prazos legais e os direitos das pregoantes, a pregoeira, a qualquer tempo, antes da abertura das propostas, poderá, motivada, proceder a alterações concernentes à licitação ora regulada, por sua iniciativa, disponibilizando no sistema as informações necessárias e determinando, ainda, quando necessário, o adiamento do recebimento e/ou da abertura das propostas.

13.13 - Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira.

13.14 - Para informações complementares de natureza técnica, os interessados deverão entrar em contato com os servidores Evandro César Alves Ribeiro, e-mail: evandro@almg.gov.br, Gleydson Vasconcelos dos Santos, e-mail: gleydson.santos@almg.gov.br ou Tiago Augusto Almeida Borges, e-mail: tiago.borges@almg.gov.br, por meio dos telefones (31) 2108-7786/7780/3531, respectivamente.

13.15 - Este edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

13.16 - A pregoeira e sua equipe de apoio encontram-se à disposição para esclarecer dúvidas ou prestar informações complementares pelo telefone (31) 2108-7730 e pelo e-mail licitacao@almg.gov.br. A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ela em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto da **ALMG** quanto do emissor.

13.17 - Constituem parte integrante deste edital os anexos: I - Termo de Referência; II - Modelo para encaminhamento das razões do recurso e de contrarrazões; III - Proposta de Preços; IV - Termo de Responsabilidade de Proteção de Dados Pessoais; V - Especificações do Objeto; VI - Logomarcas; VII - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Suellen Christine Sernizon Gonçalves Esteves, Pregoeira.

Equipe de Apoio: Bruno de Almeida Oliveira, Blenda Ribeiro Netto Miranda, Gil Flávio Naves Lima e Ricardo de Paula Tourinho.

Membros Suplentes: Alessandra Strambi de Almeida Mitre, Rafael Amaral Freitas, Núbia Martins Domingues e Rejane de Oliveira Marciano.

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2024

PLANEJAMENTO Nº 302/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

a) Objeto: Registro de preços para aquisição de uniformes para os servidores da ALMG.

Justificativa para indicação de marca de referência: na forma do art. 41, I, d, da Lei 14.133/21, as marcas abaixo foram indicadas como referência para o item 1 do lote 6 a fim de favorecer a compreensão da descrição do objeto e nortear os fornecedores quanto à demanda da ALMG:

a) Francajel – *Pro Shock*;

b) Democrata - *Smart Comfort Air Spot*;

c) Jotapê - *Air Masserata*.

Justificativa para escolha de marca: Para o item 1 do lote 7, os produtos ofertados deverão ser da marca *Airstep* e modelo 8990-1, na cor preta, tendo em vista a necessidade de padronização dos uniformes utilizados pelos Policiais Legislativos, nos termos do art. 41, I, "a", da Lei 14.133/21. Todos os policiais devem utilizar uniformes que garantam, além da uniformidade visual, condições adequadas de conforto, durabilidade, proteção e desempenho no exercício de suas funções. Além disso, a escolha da marca e do modelo visa a otimização de recursos, uma vez que será feita a aquisição somente para aqueles servidores que ainda não possuem o item, evitando, assim, a necessidade de substituição daqueles calçados já em uso.

b) Critérios de aceitabilidade: julgamento pelo critério MENOR PREÇO POR LOTE, conforme especificações técnicas do objeto acima. Referência a marca e produto.

c) Justificativa da contratação: reposição dos uniformes dos servidores públicos em exercício e fornecimento de uniformes aos policiais empossados.

d) Necessidade de envio de amostra: SIM, conforme o subitem 6.5

e) Prazo de entrega: vide subitem 10.5 e seguintes

Local de entrega: Rua Rodrigues Caldas, nº 79, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte/MG.

Garantia: 90 dias

f) Responsável(is) técnico(s) pelas informações e pelo acompanhamento do contrato/ telefone / e-mail de contato: Evandro César Alves Ribeiro, e-mail: evandro@almg.gov.br, Gleydson Vasconcelos dos Santos, e-mail: gleydson.santos@almg.gov.br ou Tiago Augusto Almeida Borges, e-mail: tiago.borges@almg.gov.br, por meio dos telefones (31) 2108-7786/7780/3531, respectivamente.

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2024
PLANEJAMENTO Nº 302/2024
MODELO PARA ENCAMINHAMENTO DAS RAZÕES DO RECURSO E DE CONTRARRAZÕES

À PREGOEIRA:
NOME DA PREGOANTE:
CNPJ:
CONTATO:
LOTE:
TELEFONE:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
DATA:
RAZÕES DO RECURSO/CONTRARRAZÕES:

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2024
PLANEJAMENTO Nº 302/2024
PROPOSTA DE PREÇOS

Nome Empresarial:		CNPJ:	
Endereço:			
Telefone:		e-mail*:	
Banco:	Nome/nº agência		Conta Bancária:

(*) endereço de e-mail que será obrigatoriamente utilizado para cadastramento do(s) representante(s) legal(is) da licitante na hipótese de ser a adjudicatária, como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI-ALMG.

LOTE 1								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	64	un	0019751530	Terno feminino, compostos cada um por um paletó e uma calça, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
PREÇO TOTAL								

**Obrigatório informar marca e modelo

LOTE 2								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	107	un	001975536	Terno masculino preto, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
2	101	un	001979060	Terno masculino cinza grafite, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
3	208	un	001030744	Gravata <i>slim</i> em cores diversas, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
4	6	un	001975773	Calça social masculina avulsa, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
PREÇO TOTAL								

**Obrigatório informar marca e modelo para cada item

LOTE 3								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	160	un	001975781	Camisa social feminina, na cor branca, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
2	475	un	001975790	Camisa social masculina, na cor branca, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
PREÇO TOTAL								

**Obrigatório informar marca e modelo para cada item

LOTE 4								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	64	un	001525026	Calça operacional feminina, na cor preta; conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
2	96	un	001730541	Camisas tipo gola polo feminina, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
				Calça operacional masculina, conforme				

3	198	un	001525034	especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
4	555	un	001975803	Camisas polo unissex, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
PREÇO TOTAL								

**Obrigatório informar marca e modelo para cada item

LOTE 5								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	64	par	001705873	Sapatos sociais femininos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
2	32	un	001541684	Cintos sociais femininos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
3	160	par	001525018	Meias sociais femininas ¾, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
PREÇO TOTAL								

**Obrigatório informar marca e modelo para cada item

LOTE 6								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	208	par	001524984	Sapatos sociais masculinos; conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
2	109	un	001524992	Cintos sociais masculinos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
3	476	par	001971557	Meias sociais masculinas, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
PREÇO TOTAL								

**Obrigatório informar marca e modelo para cada item

LOTE 7								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	65	par	001713230	Coturnos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				

PREÇO TOTAL				
-------------	--	--	--	--

****Obrigatório informar marca e modelo**

Declaro que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, ____ de _____ de 2024.

.....
(Nome/Assinatura do responsável pela pregoante)

Observações:

- Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 48.589, de 2023, e suas propostas deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados, o preço resultante da dedução do ICMS conferida, e o preço a ser considerado para fins de pagamento será o resultante da dedução do ICMS.
- O disposto acima aplica-se, inclusive, aos fornecedores sujeitos ao Regime de Substituição Tributária.
- O disposto acima não se aplica no caso de microempresa – ME – e empresa de pequeno porte – EPP – que seja optante pelo Simples Nacional e que atenda as exigências previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- As MEs e a EPPs deverão apresentar a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo a Pregoeira, na sua falta, consultar a opção por esse regime por meio do site <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>.
- A proposta somente será aceita se os valores ofertados para cada item do lote estiverem dentro do preço de referência estimado no processo.

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2024

PLANEJAMENTO Nº 302/2024

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Eu, (nome completo), representante da pregoante (nome da empresa), CNPJ (____), declaro estar ciente e concordar com as condições estabelecidas neste termo de responsabilidade de proteção de dados pessoais em decorrência de acesso a documentos de processo de contratação.

Como parte do processo de contratação, terei acesso a documentos e informações pessoais de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, nomes, endereços, telefones, e-mails e informações bancárias.

Comprometo-me a utilizar esses dados pessoais estritamente para o propósito da contratação em questão e a manter sua confidencialidade, garantindo que eles não serão divulgados sem prévia autorização.

Além disso, comprometo-me a adotar as medidas necessárias para proteger os dados pessoais a que tiver acesso e a não deixar esses dados expostos a terceiros não autorizados.

Declaro ainda que, em caso de violação deste termo de responsabilidade, estarei sujeito a sanções previstas em lei, bem como a responder por eventuais danos causados a terceiros afetados pela violação.

Por fim, declaro estar ciente de que a proteção de dados pessoais é uma obrigação legal prevista na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e que a sua violação pode acarretar graves consequências jurídicas, tanto para mim como para a empresa responsável pelo processo de contratação.

.....
(Nome/Assinatura do responsável pela pregoante)

DE ACORDO: _____

Representante da pregoante

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2024
PLANEJAMENTO Nº 302/2024
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1 - LOTE 1 – TERNOS FEMININOS PRETOS

1.1.1 - Item 1 – ternos femininos: 64 (sessenta e quatro) unidades na cor preta; compostos cada um por um paletó e uma calça; confeccionados em tecido 95% poliéster, 5% elastano, gramatura 363 g/m ou 247 g/m²; admitindo-se variação de $\pm 10\%$; tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA** e conforme especificações abaixo:

a) Paletó feminino:

- modelo clássico social com gola de alfaiate forrada do próprio tecido;
- 4 (quatro) bolsos, sendo 2 (dois) bolsos embutidos externos na parte inferior, um de cada lado, medindo de 10 a 12 cm de comprimento, com vivo de 0,5 cm;
- 2 (dois) bolsos internos na parte superior, um de cada lado; frente arredondada, com comprimento na altura do quadril ou acima, abertura frontal fechável por 2 (dois) botões e caseado na horizontal com casa de olho, de forma a permitir uma boa apresentação, com 4 (quatro) recortes, dois de cada lado, sendo um saindo da cava até a barra e outro saindo do busto até a altura do bolso, mangas de paletó 2 (duas) folhas;
- costas com 2 (dois) recortes, um de cada lado, saindo do ombro até a barra, e com uma abertura de 10 cm com transpasse de 3 cm;
- aviamentos: linha 100% poliéster, bitola 100 ou 120;
- entretela 100% poliéster resinado para fundir no tecido;
- 3 (três) botões na cor do tecido com aproximadamente dois centímetros de diâmetro, sendo 2 (dois) na frente e 1 (um) reserva; forro parte interna toda coberta 94% poliéster e 6% elastano, na cor do tecido ou preto.

b) Calça social feminina:

- modelo reta, cós alto, sem prega, frente com 2 (dois) bolsos tipo faca, fechável com 2 (dois) botões no cós e parte interna com extensão, com caseado presa com 1 (um) botão, tamanho de 1,2 a 1,5 cm de diâmetro na cor do tecido, zíper comum com 12 a 18 cm, de nylon fino comum, com braguilha; cós com 5 (cinco) ou mais passantes de 1 cm, aproximadamente, anatômico de 6 a 7 cm, do próprio tecido entretelado;
- traseiro com 2 (duas) *pences* saindo do cós ao bolso;
- barra *overlock* nas partes desfiadas do tecido.

1.2 - LOTE 2: TERMOS MASCULINOS

1.2.1 - Item 1 – ternos masculinos: 107 (cento e sete) unidades, compostos cada um por um paletó e uma calça, na cor preta; em tecido composto por 65% poliéster e 35% lã penteada, gramatura 162 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**, conforme descrição a seguir:

a) Paletó masculino:

- forrado com tecido 100% poliéster na cor correspondente;
- com crina em manta acrílica colante para reforço de peito, forrada com feltro na parte de trás;
- lapela estreita, em formato *no tched* (recorte triangular), com mais ou menos 5 a 7 cm em sua parte mais larga, toda pespontada, ponto picado, com entretela;
- fechado na frente por dois botões de massa T-32 de quatro furos, medindo 20 mm, com caseado;
- ombros bem estruturados reforçados com manta acrílica sem colante, ombreiras embutidas em poliéster e algodão;
- manga forrada com tecido 100% poliéster na cor correspondente, com quatro botões de massa T-24 em cada punho, com caseado;
- vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro;
- 6 (seis) bolsos forrados em tecido 100% poliéster na cor correspondente ao terno, sendo 1 (um) bolso “chest” na parte superior externa do lado esquerdo, na altura do peito, onde vai o lenço, com vista larga de 2,5 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos com aba/portinhola, conhecido como *flap*, na parte inferior externa do paletó, um do lado direito e outro do lado esquerdo, com portinhola medindo de 5 a 6 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos internos *jetted* ou *double besom*, ou ainda *slash*, com acabamento em seu contorno tipo moldura, uma em cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, um na parte superior interna, lado esquerdo e outro do lado direito, este fechado por um botão com aleta em forma de triângulo e caseado;
- 1 (um) bolso pequeno interno *double besom* ou *slash*, embutido, na parte inferior do lado esquerdo;
- fenda dupla na parte de trás do paletó com costura vertical na união dos traseiros.

b) Calça social, reta, sem pregas, tecido idêntico ao do paletó:

- 2 (dois) bolsos tipo faca na frente (lados esquerdo/direito), forrados com tecido 100% poliéster na cor correspondente;
- 2 (dois) bolsos traseiros (lados esquerdo e direito) *double besom* com acabamento em seu contorno tipo duas molduras, uma em

cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, forro de bolso 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão na cor preta;

- forro de bolsos 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão, presos por um botão de massa T-24 e caseado; 6 (seis) a 8 (oito) passadores para cinto; zíper em nylon, com 18 cm, trava automática;
- bolsos postiços, forro de bolsos montado na cor do tecido preta;
- bolsos de 40 mm com extensão em forma de bico fechável por gancho metálico e 1 (um) botão na extensão, parte interna com extensão com casa de olho preso com 1 (um) botão de massa T-24 também para fechamento; aviamentos na cor do tecido e linha 100% poliéster.

1.2.2 - Item 2 – ternos masculinos: 101 (cento e uma) unidades, compostos cada um por um paletó e uma calça, na cor cinza grafite; em tecido composto por 65% poliéster e 35% lã penteada, gramatura 162 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**, conforme descrição a seguir:

a) Paletó masculino:

- forrado com tecido 100% poliéster na cor correspondente;
- com crina em manta acrílica colante para reforço de peito, forrada com feltro na parte de trás;
- lapela estreita, em formato *no tched* (recorte triangular), com mais ou menos 5 a 7 cm em sua parte mais larga, toda pespontada, ponto picado, com entretela;
- fechado na frente por dois botões de massa T-32 de quatro furos, medindo 20 mm, com caseado;
- ombros bem estruturados reforçados com manta acrílica sem colante, ombreiras embutidas em poliéster e algodão;
- manga forrada com tecido 100% poliéster na cor correspondente, com quatro botões de massa T-24 em cada punho, com caseado;
- vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro;
- 6 (seis) bolsos forrados em tecido 100% poliéster na cor correspondente ao terno, sendo 1 (um) bolso “chest” na parte superior externa do lado esquerdo, na altura do peito, onde vai o lenço, com vista larga de 2,5 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos com aba/portinhola, conhecido como *flap*, na parte inferior externa do paletó, um do lado direito e outro do lado esquerdo, com portinhola medindo de 5 a 6 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos internos *jetted* ou *double besom*, ou ainda *slash*, com acabamento em seu contorno tipo moldura, uma em cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, um na parte superior interna, lado esquerdo e outro do lado direito, este fechado por um botão com aleta em forma de triângulo e caseado;
- 1 (um) bolso pequeno interno *double besom* ou *slash*, embutido, na parte inferior do lado esquerdo;
- fenda dupla na parte de trás do paletó com costura vertical na união dos traseiros.

b) Calça social, reta, sem pregas, tecido idêntico ao do paletó:

- 2 (dois) bolsos tipo faca na frente (lados esquerdo/direito), forrados com tecido 100% poliéster na cor correspondente;
- 2 (dois) bolsos traseiros (lados esquerdo e direito) *double besom* com acabamento em seu contorno tipo duas molduras, uma em cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, forro de bolso 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão na cor preta;
- forro de bolsos 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão, presos por um botão de massa T-24 e caseado; 6 (seis) a 8 (oito) passadores para cinto; zíper em nylon, com 18 cm, trava automática;
- bolsos postiços, forro de bolsos montado na cor do tecido cinza grafite;
- bolsos de 40 mm com extensão em forma de bico fechável por gancho metálico e 1 (um) botão na extensão, parte interna com extensão com casa de olho preso com 1 (um) botão de massa T-24 também para fechamento; aviamentos na cor do tecido e linha 100% poliéster.

1.2.3 - Item 3 – gravatas slim em cores diversas: 208 (duzentas e oito) unidades, em tecido *jacquard*, 100% poliéster; entretela grossa de 5,5 a 8,0 cm na parte mais larga e 2,5 cm a 4,0 cm na parte mais estreita; 1,5 m (um metro e meio) de comprimento (tolerância de até 10% para menos); passantes duplos, cores variadas.

1.2.4 - Item 4 – calças sociais masculinas avulsas: 6 (seis) unidades, na cor preta, modelo e tecido idênticos aos da calça do terno, conforme especificações técnicas descritas no subitem 1.2.1 e sua alínea “b”.

1.3 - LOTE 3: CAMISAS SOCIAIS

1.3.1 - Item 1 – camisas sociais femininas: 160 (cento e sessenta) unidades:

- modelo social;
- na cor branca;
- em tecido liso, 100% algodão, tricolina encorpado, sem transparência, gramatura: 112 g/m² a 115 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; não deve transparecer o corpo;
- tipo passa fácil; gola colarinho entretelado e pespontado no contorno da gola;
- manga longa com punho entretelado de 6 cm (seis centímetros) todo pespontado, fechável por dois botões na vertical T-18, com caseado na horizontal;
- abertura frontal para vestir ou desvestir, fechável por 8 a 10 botões T-18 em casas verticais, com botão triplo na altura do busto;
- 4 (quatro) *pences*, sendo duas de cada lado, uma saindo na altura do busto até a barra na vertical, e a outra saindo próxima à cava, na horizontal, medindo aproximadamente 14 (quatorze) cm; traseiro com 2 (duas) *pences*, uma de cada lado, até a barra, medindo aproximadamente 40 cm (quarenta centímetros);

- etiqueta do fabricante com composição do tecido e tamanho;
- tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.3.2 - Item 2 – camisa social masculina: 475 (quatrocentas e setenta e cinco) unidades:

- modelo social;
- cor branca;
- mangas longas, em tecido misto com 73% em algodão e 27% em poliéster, tipo passa fácil, armação maquineta, sem transparecer o corpo, gramatura de 136 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$;
- colarinho pespontado, entretelado com barbatana removível;
- pala dois panos (dupla);
- manga comprida tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm com carcela dupla com 1 (um) botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 7 cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 (dois) botões em cada punho;
- bolsos: do lado esquerdo, bainha simples modelo de bico à altura do peito, reforços mosqueados nos cantos, com 12 cm de largura por 15 cm de altura; vista embutida de 3,0 a 3,5 cm, botão reserva na vista interna;
- fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada;
- ombro: costura embutida pesponto na beira;
- costa: com 2 (duas) pregas, uma de cada lado; abertura: frontal para vestir ou desvestir, em toda a extensão, fechável por sete a dez botões brancos T-18;
- etiqueta do fabricante com composição do tecido e tamanho;
- tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.4 - LOTE 4: UNIFORMES OPERACIONAIS

1.4.1 - Item 1 – calças operacionais femininas: 64 (sessenta e quatro) unidades, em modelagem feminina:

- na cor preta;
- em tecido *polybrim*, composição 67% algodão e 33% poliéster, gramatura de 240 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; com 2 (dois) bolsos laterais externos com tampa e fechamento em velcro na altura da coxa, 2 (dois) bolsos traseiros externos com tampa e fechamento em velcro, 2 (dois) bolsos laterais em faca na altura do quadril;
- 5 (cinco) a 8 (oito) passantes para cinto;
- sem reforço entre as pernas;
- cós duplo;
- fecho frontal com um zíper;
- dois botões na vertical;
- tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**, considerando, ao menos, as medidas de cintura, quadril e do comprimento da calça de cada uma.

1.4.2 - Item 2 – camisas polo femininas: 96 (noventa e seis) unidades de camisas tipo gola polo, em modelagem feminina:

- cor preta;
- cinturada;
- mangas curtas, sem bolso;
- malha *piquet*;
- composição 50% algodão e 50% poliéster, gramatura de 210 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; *anti-pilling*;
- proteção UV 50+;
- com *silk screen* das imagens e inscrições da Polícia Legislativa, indicadas no tipo 1 do Anexo VI - Logomarcas - deste instrumento, gravadas na altura do peito lado esquerdo, na manga do lado direito e nas costas: tamanhos PP, P, M, G, GG, XG e XGG de acordo com a aferição das usuárias feita pela **BENEFICIÁRIA**.

1.4.3 - Item 3 – calças operacionais masculinas: 198 (cento e noventa e oito) unidades, em modelagem masculina, em tecido e demais especificações idênticos ao do subitem 1.4.1;

1.4.4 - Item 4 – camisas polo unissex: 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) unidades, em modelagem masculina, em tecido e demais especificações, exceto a de cinturada, idênticos ao do subitem 1.4.2, com *silk screen* das imagens e inscrições da Polícia Legislativa (tipo 1) e do Procon (tipo 2), indicadas no Anexo VI - Logomarcas - deste instrumento, gravadas na altura do peito lado esquerdo; na manga do lado direito e nas costas.

1.5 - LOTE 5: SAPATOS E CINTOS FEMININOS

1.5.1 - Item 1 – sapatos sociais femininos: 64 (sessenta e quatro) pares de sapatos femininos:

- modelo *oxford*, bico redondo;
- cabedal em couro preto de primeira qualidade, sem marcas, isenta de cortes, cicatrizes e de sinais de parasitas, carrapatos, bernes e outros defeitos provocados por riscos de cerca de arame farpado ou marcas de fogo;
- fechamento por cadarço;

- material do forro sintético;
- material do solado em TR antiderrapante, sintético;
- salto com 2 (dois) cm;
- palmilha em PU confortável;
- detalhes de perfuros vazados com pesponto e recorte ou liso.

1.5.2 - Item 2 – cintos sociais femininos: 32 (trinta e duas) unidades de cintos femininos:

- modelo social;
- na cor preta;
- confeccionados em couro bovino 100% legítimo não reconstituído (face e forro, com a etiqueta de comprovação do fabricante);
- com extremidades costuradas ou sem costura e comprimento de acordo com as medidas das usuárias, com 5 (cinco) a 7 (sete) furos;
- 3,0 cm de largura aproximadamente, podendo variar em 0,5 cm para mais ou para menos, tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.5.3 - Item 3 – meias femininas %: 160 (cento e sessenta) pares, na cor preta, lisa, opaca, fio 40, com punho de no mínimo 3 cm, composição do tecido: 92% poliéster e 8% elastano, tamanho único.

1.6 - LOTE 6: SAPATOS E CINTOS MASCULINOS

1.6.1 - Item 1 – sapatos sociais masculinos: 208 (duzentos e oito) pares de sapatos sociais masculinos:

- de amarrar;
- na cor preta;
- com Sistema de Amortecimento em Gel Aparente (visível levantando a palmilha ou externamente);
- bico fino quadrado;
- confeccionado em couro 100% legítimo, bovino, caprino ou mestiço, não reconstituído (com a etiqueta de comprovação do fabricante);
- forro interno e palmilha antitranspirante;
- solado confeccionado em *Thermoplastic Rubber* - TR - emborrachado com sistema de amortecimento em gel aparente ou borracha gel superflexível;
- tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA** e ao menos dois pares de tamanho correspondente ao número 46.

1.6.1.1 - Marcas e modelos de referência:

a) Francajel – *Pro Shock*;

b) Democrata - *Smart Comfort Air Spot*;

c) Jotapê - *Air Masserata*.

1.6.2 - Item 2 – cintos sociais masculinos: 109 (cento e nove) unidades de cintos masculinos:

- modelo social;
- dupla face;
- preto de um lado e marrom do outro;
- confeccionado em couro bovino 100% legítimo não reconstituído, sem emendas e sem costura (face e forro, com a etiqueta de comprovação do fabricante);
- medindo de 3,0 a 4,0 cm de largura;
- fivela com banho tipo aço escovado, fumê ou níquel com garra regulável e giratória; tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.6.3 - Item 3 – meias sociais masculinas: 476 (quatrocentas e setenta e seis) pares, confeccionadas em tecido 70% algodão, 28% poliamida e 2% outras fibras, na cor preta, numeração de 39 a 43. Deve vir com etiqueta de composição, instrução de lavagem conforme normas do INMETRO. Produto de fabricação nacional.

1.7 - LOTE 7: COTURNO

1.7.1 - Item 1 – coturnos: 65 (sessenta e cinco) unidades de coturnos, tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA** e que atendam às especificações a seguir:

- cabedal: constituído 100% em couro com ao menos 1.8 mm de espessura, repelente à água, acabamento em cordura; língua e traseira em cordura, densidade: 1000, com duplo revestimento: resina acrílica (repelente à água) e flúor carbono, proteção aos raios UV; forração aerada para refrigeração interna, respiração e secagem mais rápida; propriedades retardante de chamas; altura do cano 21,5 cm (número 40), altura do cano a partir do solado é de 23 a 25,5 cm – média 9,7” polegadas; possui acabamento semifosco;
- forração: com poros para transpiração, respirável; que favoreça a respiração e o armazenamento de ar;
- biqueira: em couro resistente a deformação como as dos calçados de segurança, que mantenha o formato de bico da forma mesmo depois de longo tempo de uso;
- solado: com isolamento elétrico, 100% em borracha antiderrapante com alta abrasividade, costurado, de tração na dianteira e de

frenagem traseira; com frisos antiaquaplanagem, resistente a óleo e ao calor até 300°C (1 min);

- palmilhas: 1 palmilha de montagem em policloreto de vinila, polímero de alta resistência que atua como isolante elétrico, térmico e à prova d'água; outra palmilha em EVA conformado anatomicamente com sistema de conforto e 12 mm de espessura, forrada em poliéster, antifungos e bactérias;
- passadores: 2 ganchos abertos e 8 passadores simples por pé, todos fixados ao cabedal por rebite;
- passadores de cadarço de alta resistência e antidesfiamento;
- não detectáveis em portais detectores de metais de bancos e aeroportos;
- cadarços: poliéster de alta resistência redondo antidesfiamento; trançado, ponteiros 20 mm, filme de acetato. Quantidade de fios 128 (título do fio: 167/47/1). Enchimento (alma): 3 fios (título do fio: 220/48/2). Peso total p/ metro: 4,97gr. comprimento total: 1,6 m;
- contraforte: em polímero policloreto de vinila, isolante elétrico, isolante térmico, que não absorva água, que preserve a anatomia do calcanhar;
- cor: todo preto.

1.7.2 - Marca e modelo indicado: coturno militar em couro e cordura, marca *Airstep* modelo 8990-1.

1.8 - Quadro simplificado de lotes, itens e quantidades:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE FORNEC.	QUANT.
1	1	Ternos femininos pretos	00001 - 1,00 UNIDADE	64
2	1	Ternos masculinos pretos	00001 - 1,00 UNIDADE	107
	2	Ternos masculinos cinza-grafites	00001 - 1,00 UNIDADE	101
	3	Gravatas <i>slim</i> em cores diversas	00001 - 1,00 UNIDADE	208
	4	Calças sociais masculinas pretas avulsas	00001 - 1,00 UNIDADE	6
3	1	Camisas sociais femininas brancas	00001 - 1,00 UNIDADE	160
	2	Camisas sociais masculinas brancas	00001 - 1,00 UNIDADE	475
4	1	Calças operacionais femininas pretas	00001 - 1,00 UNIDADE	64
	2	Camisas polo femininas pretas	00001 - 1,00 UNIDADE	96
	3	Calças operacionais masculinas pretas	00001 - 1,00 UNIDADE	198
	4	Camisas polo unissex pretas	00001 - 1,00 UNIDADE	555
5	1	Pares de sapatos de couro femininos pretos	00041 - CAIXA 1,00 PAR	64
	2	Cintos de couro femininos pretos	00001 - 1,00 UNIDADE	32
	3	Pares de meias ¾ femininas pretas	00041 - CAIXA 1,00 PAR	160
6	1	Pares de sapatos de couro masculinos pretos	00041 - CAIXA 1,00 PAR	208
	2	Cintos de couro masculinos pretos.	00001 - 1,00 UNIDADE	109
	3	Pares de meias sociais masculinas pretas	00041 - CAIXA 1,00 PAR	476
7	1	Pares de coturnos pretos	00041 - CAIXA 1,00 PAR	65

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2024

PLANEJAMENTO Nº 302/2024

LOGOMARCAS

TIPO 1 - Polícia Legislativa



TIPO 2 - Procon



ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2024

PLANEJAMENTO Nº 302/2024

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

BENEFICIÁRIA:

OBJETO: Registro de preços para aquisição de uniformes.

PERIODICIDADE DE REAJUSTE: anual.

INDEXADOR: IPCA (IBGE).

VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no PNCP, prorrogável por mais 1 (um) ano.

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 69/2024.

Nº PROCESSO SEI: 000034-8/2024.

Nº PLANEJAMENTO: 302/2024

GERÊNCIA RESPONSÁVEL: Gerência-Geral de Polícia Legislativa – GPOL.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede na Rua Rodrigues Caldas, n.º 30, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-921, CNPJ n.º 17.516.113/0001-47, pelo seu Presidente, Deputado Tadeu Martins Leite, e pelo seu Primeiro-Secretário, Deputado Antonio Carlos Arantes, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa ..., com sede em ..., CEP ..., CNPJ n.º ..., por seu representante legal, doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, tendo em vista o PAE/81/2024 e o EXPJ/..... da Procuradoria-Geral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o resultado do Pregão Eletrônico nº 69/2024, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, na Lei Estadual nº 13.994/2001, nos Decretos Estaduais nº 48.723 e 48.779/2024 e na Deliberação da Mesa nº 2.821/2023, firmam a presente Ata de Registro de Preços, a seguir designada **ARP**, com as seguintes estipulações:

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto desta ARP é o registro de preços para aquisição de uniformes para os servidores do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento:

1.1.1 - LOTE 1: TERNOS FEMININOS:

1.1.1.1 - Item 1: 64 (sessenta e quatro) unidades de terno feminino, na cor preta, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.2 - LOTE 2: TERNOS MASCULINOS:

1.1.2.1 - Item 1: 107 (cento e sete) unidades de terno masculino preto, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.2.2 - Item 2: 101 (cento e uma) unidades de terno masculino cinza grafite, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.2.3 - Item 3: 208 (duzentas e oito) unidades de gravata *slim* em cores diversas, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.2.4 - Item 4: 6 (seis) unidades de calça social masculina avulsa, na cor preta, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.3 - LOTE 3: CAMISAS SOCIAIS:

1.1.3.1 - Item 1: 160 (cento e sessenta) unidades de camisa social feminina, na cor branca, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.3.2 - Item 2: 475 (quatrocentas e setenta e cinco) unidades de camisa social masculina, na cor branca, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.4 - LOTE 4: UNIFORMES OPERACIONAIS:

1.1.4.1 - Item 1: 64 (sessenta e quatro) unidades de calça operacional feminina, na cor preta; conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.4.2 - Item 2: 96 (noventa e seis) unidades de camisas tipo gola polo feminina, na cor preta, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.4.3 - Item 3: 198 (cento e noventa e oito) unidades de calça operacional masculina, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.4.4 - Item 4: 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) unidades de camisas polo unissex, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.5 - LOTE 5: SAPATOS E CINTOS FEMININOS:

1.1.5.1 - Item 1: 64 (sessenta e quatro) pares de sapatos sociais femininos, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.5.2 - Item 2: 32 (trinta e duas) unidades de cintos sociais femininos, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.5.3 - Item 3: 160 (cento e sessenta) pares de meias femininas $\frac{3}{4}$, na cor preta, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.6 - LOTE 6: SAPATOS E CINTOS MASCULINOS:

1.1.6.1 - Item 1: 208 (duzentos e oito) pares de sapatos sociais masculinos, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.6.2 - Item 2: 109 (cento e nove) unidades de cintos sociais masculinos, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.6.3 - Item 3: 476 (quatrocentos e setenta e seis) pares de meias sociais masculinas, na cor preta, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.1.7 - LOTE 7: COTURNO:

1.1.7.1 - Item 1: 65 (sessenta e cinco) unidades de coturnos, conforme especificações do Anexo I - Especificações do Objeto.

1.2 - O objeto deve ser executado diretamente pela **BENEFICIÁRIA**, não podendo ser subcontratado, excetuado aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** pelos ônus e perfeição técnica do objeto.

1.2.1 - Na excepcional hipótese de subcontratação prevista na subcláusula 1.2, permanece a responsabilidade integral da **BENEFICIÁRIA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.3 - A **BENEFICIÁRIA** deverá, durante toda a execução do contrato:

I - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

II - cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

1.4 - É vedado à **BENEFICIÁRIA** a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão desta **ARP** ou respectivos contratos, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.5 - Somente a **BENEFICIÁRIA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

2 - DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 - Os itens integrantes desta **ARP** e seus respectivos preços constam no Anexo II desta **ARP**.

2.2 - Os preços registrados e a indicação da respectiva **BENEFICIÁRIA** serão divulgados no Diário do Legislativo e ficarão disponíveis durante toda a vigência desta **ARP**.

2.2.1 - A publicidade de que trata a subcláusula 2.2 poderá ser substituída por publicação em sítio eletrônico do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

3 - DA ALTERAÇÃO DESTA ARP E DO CRITÉRIO DE REAJUSTE DE PREÇO

3.1 - Esta **ARP** poderá sofrer alterações, de acordo com as normas de regência, especialmente as disposições contidas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 48.779/2024.

3.1.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta **ARP**.

3.2 - O preço inicialmente contratado é fixo e irrevogável no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, em 27/09/2024.

3.2.1 - Após o prazo de um ano, o preço inicial poderá sofrer reajuste calculado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.2.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do primeiro reajuste.

3.3 - As alterações de preços desta **ARP** obedecerão às seguintes regras:

I - o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá convocar a **BENEFICIÁRIA** para negociar novo valor, visando à redução do preço inicialmente registrado quando, por motivo superveniente, o preço inicial tornar-se superior aos praticados no mercado e, sendo frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

II - caso a **BENEFICIÁRIA** não possa cumprir o compromisso em razão de o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e comunicar esse fato em data anterior à da expedição da ordem de serviço, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberá-la do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados.

III - na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e II desta subcláusula, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os demais fornecedores para a negociação do preço registrado, observada a ordem de classificação;

IV - frustradas as negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** comunicará o fato aos ordenadores da despesa, para as providências necessárias à revogação da Ata de Registro de Preços ou ao cancelamento de item do registro e à abertura de processo específico para a obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados, estes poderão ser alterados para mais ou para menos, conforme o caso.

3.5 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá aceitar que o fornecedor entregue, para o item, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado em ata, por motivo superveniente à licitação e desde que esse produto possua, comprovadamente, desempenho ou qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado.

3.6 - Eventuais alterações realizadas nesta **ARP** deverão ser divulgadas nos moldes estabelecidos no art. 18 do Decreto nº 48.779/2024, inclusive a mudança de marca ou modelo dos itens ou seus respectivos preços.

4 - DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A existência desta **ARP** não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a firmar as contratações que dela possam advir, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, respeitada a legislação relativa às licitações e assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

4.2 - A assinatura desta **ARP** é pré-requisito para a contratação da **BENEFICIÁRIA**, que será formalizada por Autorização de Fornecimento.

4.3 - A **BENEFICIÁRIA** terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação, para aceitar a Autorização de Fornecimento e, em caso de recusa sem justificativa aceita, poderá o **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as respectivas sanções, conforme a cláusula 13 desta **ARP**.

4.4 - Para assinar esta **ARP** e a autorização de fornecimento, a **BENEFICIÁRIA** deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, bem como conservá-las durante toda a execução desses instrumentos.

5 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A **BENEFICIÁRIA** poderá ter seu registro cancelado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** quando:

I - descumprir as condições do edital do Pregão Eletrônico nº 69/2024 ou desta Ata de Registro de Preços;

II - não aceitar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sem justificativa aceita por este;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021.

5.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por decisão da autoridade competente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.3 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta **ARP**, comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido da **BENEFICIÁRIA**.

6 - DO PRAZO DE ENTREGA E DA GARANTIA CONTRA VÍCIOS OU DEFEITOS

6.1 - O fornecimento das peças ocorrerá sob demanda pelo prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.2 - Em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF -, a **BENEFICIÁRIA** deverá realizar a aferição das medidas dos servidores para os ternos, calças avulsas, camisas e uniformes táticos (**lotes 1, 2, 3 e 4**) e das numerações de calçados (**lotes 5, 6 e 7**) a fim de fornecer peças que se adequem precisamente aos corpos de cada servidor.

6.2.1 - A aferição das medidas e numerações, o fornecimento das peças, a realização dos ajustes e eventual troca de peças por inadequação aos corpos dos servidores ocorrerão nas instalações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, às expensas da **BENEFICIÁRIA**.

6.2.2 - A referida aferição deverá ser realizada na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, no período de 9 às 17 horas, em três dias úteis seguidos ou em outros dias úteis que contemplem os dias de trabalho das equipes noturnas.

6.2.3 - A **BENEFICIÁRIA** poderá, a fim de otimizar a aferição individualizada, utilizar-se de grades de medidas, desde que prevaleçam em relação às peças padronizadas as peculiaridades de cada servidor. A utilização de grades deve observar ao menos a disponibilização de:

- a) unidades de paletós femininos, novos, iguais à amostra aprovada, de numerações 38 a 44;
- b) unidades de calças femininas, novas, iguais à amostra aprovada, de numerações 36 a 44;
- c) unidades de paletós masculinos, novos, iguais à amostra aprovada, de numerações 42 a 56;
- d) unidades de calças masculinas, novas, iguais à amostra aprovada, de numerações 38 a 50;
- e) unidades de sapatos masculinos, novos, na caixa, iguais à amostra aprovada, de numerações 37 a 44;
- f) unidades de sapatos femininos, novos, na caixa, iguais à amostra aprovada, de numerações 34 a 39;
- g) unidades de coturnos, novos, na caixa, iguais à amostra aprovada, de numerações 35 a 45.

6.2.4 - Concluídas as aferições das medidas e numerações, a **BENEFICIÁRIA** entregará ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** relatórios descritivos das medidas e tamanhos dos servidores para cada um dos itens do(s) lote(s) que lhes foram adjudicados.

6.2.4.1 - Para cada item, um relatório deve indicar todas as medidas de vestuário e as numerações de calçados de cada servidor; outro, a quantidade total de itens por tamanhos.

6.2.4.2 - Os relatórios deverão ser entregues datados e assinados pelo representante da **BENEFICIÁRIA**.

6.2.5 - Os pares de calçados dos **lotes 5, 6 e 7** enviados na grade de numeração, desde que novos e de primeiro uso, poderão ser deduzidos do quantitativo total a ser entregue.

6.3 - No prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da primeira Autorização de Fornecimento referente ao lote 4, a **BENEFICIÁRIA** deste lote deverá enviar, para aprovação, duas unidades de camisas do item 4: uma com as imagens e inscrições da Polícia Legislativa e outra com as do Procon, na forma do Anexo III - Logomarcas - deste instrumento.

6.3.1 - Se aprovadas, as referidas camisas serão descontadas das quantidades a serem entregues.

6.4 - O prazo de entrega de todos os itens será de 45 (quarenta e cinco) dias após a conclusão das aferições das medidas e numerações, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte/MG, no período das 9 às 17 horas.

6.4.1 - A entrega dos itens dos **lotes 3, 4, 5, 6 e 7** será realizada pelo acondicionamento dos volumes em local indicado pelo representante do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.4.2 - O procedimento de entrega dos itens dos **lotes 1 e 2** deve se estender por ao menos 3 (três) dias seguidos, entre segunda e sexta-feira, ou em outros dias úteis que contemplem os dias de trabalho das equipes noturnas da Polícia Legislativa.

6.4.3 - Devem ser ainda observadas as seguintes exigências:

- a) os ternos masculinos e femininos devidamente passados, separados em embalagens e cabides plásticos próprios para acondicionamento de ternos, fechadas, individualizadas e identificadas com o nome completo do servidor(a);
- b) as camisas sociais masculinas e femininas devidamente passadas, separadas em embalagens plásticas fechadas, individualizadas e identificadas com o nome completo do servidor(a);
- c) os uniformes operacionais devidamente passados, separados em embalagens plásticas fechadas, individualizadas e identificadas com o nome completo do servidor(a).

6.4.4 - Em relação às imagens que serão grafadas nas camisas gola polo do item 4 do lote 4, subitem 1.4.4, devem ser observadas as seguintes determinações:

6.4.4.1 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** definirá, por meio de instrumento próprio, em quantas unidades, e os respectivos tamanhos, serão grafadas as imagens e inscrições do Procon, na forma descrita no tipo 2 do Anexo III - Logomarcas.

6.4.4.2 - As camisas em que foram grafadas as inscrições do Procon deverão ser entregues em embalagens que as reúnam por tamanho, não se aplicando a essas o disposto na alínea "c" da subcláusula 6.4.3.

6.4.4.3 - Às camisas em que forem grafadas as inscrições da Polícia Legislativa, na forma descrita no tipo 1 do Anexo III - Logomarcas -, aplicam-se as determinações das subcláusulas 6.2 a 6.2.4.2 e 6.4.3, alínea "a";

6.4.5 - As embalagens devem assegurar o adequado acondicionamento e proteção dos uniformes durante o transporte e distribuição.

6.5 - A **BENEFICIÁRIA** deverá, ainda:

6.5.1 - Realizar, por sua conta e risco, para cada servidor, a identificação dos ajustes que se fizerem necessários nos itens dos **lotes 1, 2, 3 e 4**, salvo para as gravatas.

6.5.1.1 - Esses ajustes deverão ser concluídos no máximo em 15 (quinze) dias, contados do encerramento do prazo de entrega.

6.5.2 - Substituir, no prazo de 30 (trinta) dias, as peças entregues fora das medidas do(a) servidor(a).

6.5.3 - Arcar com todas as despesas com transporte de envio de amostras, entrega dos uniformes, ajustes e troca das peças fornecidas.

6.6 - Permanecem para a **BENEFICIÁRIA** as obrigações de garantia contra defeitos de fabricação e vícios ocultos por até 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo.

6.6.1 - Todas as despesas necessárias para efetuar a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante a garantia, ficarão a cargo da **BENEFICIÁRIA**, inclusive retirada e entrega.

7 - DEMAIS DEVERES DA BENEFICIÁRIA:

a) entregar todas as peças no mesmo material e qualidade de confecção das amostras apresentadas e aprovadas;

b) cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, seus anexos e em sua proposta de preços, assumindo com exclusividade os riscos inerentes e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, inclusive nas hipóteses de subcontratação;

c) fazer constar, nas etiquetas de cada peça, em português e padrões do Brasil, as informações sobre seu tamanho, composição e instruções de lavagem;

d) efetuar a entrega dos itens objeto deste instrumento em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local definidos, acompanhados dos respectivos documentos fiscais;

e) assegurar que terceiros contratados observem as normas de acesso e de permanência nas edificações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, bem assim as de proteção de dados pessoais, na forma da cláusula 14ª deste instrumento;

f) substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, item de vestuário ou calçado com avarias, defeitos ou que não se adequem ao corpo do servidor do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

g) responsabilizar-se civil e administrativamente por danos causados e/ou decorrentes da execução dos serviços de terceiros por ela contratados;

h) manter telefone e *e-mail* atualizados para fins de comunicação entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a **BENEFICIÁRIA**.

8 - DOS DIREITOS E DEVERES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

a) providenciar espaço físico em suas dependências para realização das aferições das medidas das peças de vestuário e das numerações de calçados de cada servidor;

b) receber de cada **BENEFICIÁRIA** os relatórios, que corresponderem aos seus contratos, com as medidas e numerações de todos os servidores e os com as quantidades totais de cada item por tamanho;

c) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento ou rejeitá-lo, no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado no instrumento convocatório ou normas pertinentes;

d) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

e) comunicar à **BENEFICIÁRIA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que, no prazo que fixar, seja substituído, reparado ou corrigido;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **BENEFICIÁRIA**, através de servidor especialmente designado;

g) efetuar, condicionado à emissão do recebimento definitivo pelo gestor do contrato, o pagamento à **BENEFICIÁRIA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento.

9 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DESTA ATA:

9.1 - A execução desta **ARP** e das contratações dela decorrentes serão acompanhadas e fiscalizadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** por meio de sua Gerência-Geral de Polícia Legislativa (GPOL), área gestora da contratação, que deverá manter contato permanente com a **BENEFICIÁRIA** ou seu representante.

9.2 - A ação fiscalizadora do **ÓRGÃO GERENCIADOR** não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas neste instrumento, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou irregularidades constatadas.

9.3 - À equipe fiscal do **ÓRGÃO GERENCIADOR** compete, dentre outras providências:

I - sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária;

II - recusar qualquer produto que não atenda às especificações mencionadas neste instrumento;

III - decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do objeto;

IV - acertar com a **BENEFICIÁRIA** as alterações que forem julgadas convenientes ou necessárias.

9.4 - Recebimento provisório:

9.4.1 - O recebimento provisório será emitido, em até 5 (cinco) dias após a alocação dos volumes transportados no local indicado pelo representante do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, desde que haja correspondência entre esses e a descrição no documento fiscal do serviço de transporte.

9.4.2 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, se as quantidades e volumes não corresponderem às dos documentos de transporte, os volumes ou embalagens estiverem violados, rompidos, deteriorados, sujos ou molhados.

9.4.3 - Não serão recebidos volumes alocados em local diverso do indicado pelo representante da **BENEFICIÁRIA**.

9.4.4 - Os itens rejeitados devem ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da **BENEFICIÁRIA**, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.5 - Recebimento definitivo:

9.5.1 - O recebimento definitivo dos itens correspondentes aos **lotes 1, 2, 3 e 4** será emitido, por meio de termo próprio circunstanciado, em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão dos ajustes, se a verificação demonstrar que atendem os requisitos e especificações deste instrumento.

9.5.2 - Os itens referentes aos **lotes 5, 6 e 7** serão recebidos definitivamente, por meio de termo próprio circunstanciado, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento provisório, se a verificação demonstrar que atendem os requisitos e especificações deste instrumento.

9.6 - Os itens serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da **BENEFICIÁRIA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.7 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.8 - O(s) fiscal(is) anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato, para as providências cabíveis.

10 - DAS RESPONSABILIDADES

10.1 - Na eventualidade de danos causados ao patrimônio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a seus servidores ou terceiros, efetuados pelos agentes, prepostos, empregados e terceirizados da **BENEFICIÁRIA**, no cumprimento do objeto desta **ARP**, por culpa ou dolo, esta deverá proceder à indenização respectiva, sem prejuízo da responsabilidade objetiva da **BENEFICIÁRIA**, nos casos previstos em lei, a exemplo da Lei nº 12.846/2013.

10.2 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **BENEFICIÁRIA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de agentes, prepostos, empregados ou terceirizados da **BENEFICIÁRIA**.

11 - DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO

11.1 - A liquidação da despesa será realizada pela área gestora desta **ARP** e respectivos contratos, por meio da aceitação formal do objeto, desde que cumpridas as exigências contratuais e mediante a apresentação dos documentos fiscais e Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND).

11.2 - Para fins de empenho e pagamento, a **BENEFICIÁRIA** deverá possuir cadastro ativo no Portal de Compras (www.compras.mg.gov.br) e os documentos relativos à prova de quitação com a Fazenda Federal, prova de quitação com a Fazenda Estadual e Certificado de Regularidade do FGTS deverão estar vigentes no Certificado de Registro Cadastral do Fornecedor (CRC).

11.3 - Ressalvada a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, em caso de sociedade, empresa individual ou empresário, estabelecidos no Estado de Minas Gerais, inclusive aquelas sujeitas ao regime de substituição tributária, os documentos fiscais deverão refletir o preço do produto ofertado, com a mesma dedução do ICMS lançada na proposta.

11.4 - Havendo hipótese de isenção prevista no item 114 da parte 1 do Anexo X do Regulamento do ICMS, a **BENEFICIÁRIA** deverá emitir documentos fiscais constando no campo "Informações Complementares" ou no campo "Observações" os valores da operação sem a isenção e o valor do ICMS dispensado, vedado o seu lançamento nos campos "Base de Cálculo do ICMS" e "Valor do ICMS" do documento fiscal.

11.5 - O pagamento será à vista, mediante processo administrativo. A **BENEFICIÁRIA** apresentará os documentos fiscais à GPOL e o **ÓRGÃO GERENCIADOR** disporá de 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento, contados da data do recebimento definitivo do objeto, por meio de depósito em conta bancária de titularidade da **BENEFICIÁRIA**, formalmente indicada com os demais dados necessários à sua operacionalização nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.821/2023.

11.5.1 - Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente para os e-mails evandro@almg.gov.br, gleydson.santos@almg.gov.br e tiago.borges@almg.gov.br.

11.6 - Será aplicada a retenção do Imposto de Renda, nos termos do art. 2º-A da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012.

11.7 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

11.8 - Havendo erro no documento fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **BENEFICIÁRIA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando ônus para o **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

11.9 - O pagamento será considerado realizado na data de emissão da respectiva ordem bancária.

11.10 - Em caso de atraso nos pagamentos por culpa do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, incidirão, sobre o período compreendido entre a data limite para pagamento de cada parcela e a data do efetivo pagamento, juros de mora, calculados de acordo com o índice de remuneração da caderneta de poupança, e correção monetária, calculada pela variação acumulada do IPCA/IBGE.

11.11 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** não efetuará pagamento antecipado.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes desta **ARP** correrão à conta 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90(10.1) da dotação orçamentária.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - A apuração de responsabilidade e a aplicação de sanções observará o disposto na Deliberação da Mesa nº 2.821/2023.

13.2 - A BENEFICIÁRIA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à:

- a) inexecução parcial da ARP ou dos respectivos contratos;
- b) inexecução parcial da ARP ou dos respectivos contratos, que cause grave dano ao patrimônio ou à imagem do ÓRGÃO GERENCIADOR, aos serviços por ela prestados ou ao interesse coletivo decorrente de sua função institucional;
- c) inexecução total da ARP ou dos respectivos contratos;

II - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

III - apresentar declaração ou documentação falsa, ou prestar declaração falsa durante a licitação, a execução desta ARP ou dos respectivos contratos;

IV - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução desta ARP e dos respectivos contratos;

V - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

13.3 - A BENEFICIÁRIA que incidir nas condutas irregulares previstas neste instrumento estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a administração pública direta ou indireta do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta dos entes federativos, pelo prazo de três a seis anos.

13.4 - A multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5 - A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao ÓRGÃO GERENCIADOR e não impede a extinção do contrato por ato unilateral do ÓRGÃO GERENCIADOR, em qualquer fase do processo de apuração de responsabilidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6 - A multa compensatória poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, ao responsável por infração administrativa.

13.7 - Se a conduta ocorrer durante a fase de seleção do fornecedor, os percentuais previstos no quadro 1 incidirão sobre o valor estimado da contratação.

13.8 - Nos contratos plurianuais, os percentuais previstos no quadro 1 incidirão sobre o valor anual atualizado do contrato.

13.9 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a BENEFICIÁRIA a multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento), correspondente a sessenta dias de atraso.

13.9.1 - A aplicação de multa de mora não impedirá que o ÓRGÃO GERENCIADOR a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta ARP.

13.10 - O valor da multa aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, inclusive os decorrentes de outros contratos firmados com a BENEFICIÁRIA;

II - descontado do valor da garantia prestada, se houver;

III - pago por meio de depósito bancário; ou

IV - cobrado judicialmente.

13.11 - A dosimetria das sanções administrativas levará em consideração os intervalos abaixo discriminados, conforme disposto na Lei 14.133, de 2021, e nos Anexos I, II e III da Deliberação da Mesa nº 2.821, de 2023:

Quadro 1 - MULTA COMPENSATÓRIA	
CONDUTA ENSEJADORA DA SANÇÃO	VALOR Obs.: Se a conduta ocorrer durante a fase de seleção do fornecedor, os percentuais incidirão sobre o valor estimado da contratação. No caso dos contratos plurianuais, os percentuais incidirão sobre o valor anual atualizado do contrato
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	De 0,5% a 1% sobre o valor contratado
Dar causa à inexecução parcial da ARP ou dos respectivos contratos.	De 5% a 20% sobre o valor da parcela não executada do objeto
Dar causa à inexecução parcial da ARP ou dos respectivos contratos, que resulte em grave dano ao ÓRGÃO GERENCIADOR, ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo.	De 5% a 20% sobre o valor contratado
Dar causa à inexecução total do objeto da ARP ou dos respectivos contratos.	
Não celebrar os contratos.	

Apresentar declaração ou documentação falsa, ou prestar declaração falsa durante a execução da ARP ou dos respectivos contratos	De 20% a 30% sobre o valor contratado
Praticar ato fraudulento na execução da ARP ou dos respectivos contratos	
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.	

Quadro 2 - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	
Conduta ensejadora da sanção	Período de impedimento
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.	Até um ano.
Dar causa à inexecução parcial da ARP ou dos respectivos contratos, que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Até dois anos.
Dar causa à inexecução total da ARP ou dos respectivos contratos.	Até três anos.
Não celebrar os contratos.	

Quadro 3 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS ENTES FEDERATIVOS	
Conduta ensejadora da sanção	Período de duração da sanção* * Observado o mínimo de três anos e o máximo de seis anos
Apresentar declaração ou documentação falsa, ou prestar declaração falsa durante a execução desta ARP ou dos respectivos contratos.	Até quatro anos.
Praticar ato fraudulento na execução da ARP ou dos respectivos contratos.	Até seis anos.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.	

14 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1 – As partes obrigam-se a proteger os dados pessoais a que terão acesso em função deste contrato, bem como a cumprir todas as determinações da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e dos órgãos reguladores/fiscalizadores da matéria, atuando em perfeita conformidade com as políticas de proteção de dados pessoais existentes.

14.2 – As partes, quando for o caso, deverão possibilitar o exercício dos direitos do titular dos dados pessoais, conforme legislação brasileira vigente, comprometendo-se a informá-lo sobre as regras, diretrizes e finalidades de tratamento de seus dados pessoais no âmbito da realização das atividades decorrentes deste contrato.

14.3 - A **BENEFICIÁRIA** deverá manter sigilo em relação aos dados pessoais tratados em virtude deste contrato, garantindo que todos os seus empregados estejam comprometidos e sujeitos ao dever de confidencialidade, bem como instruídos e capacitados para o tratamento de dados pessoais.

14.3.1 - O dever de confidencialidade mantém-se ainda que a relação entre as partes venha a ser extinta, independentemente dos motivos que derem causa à sua extinção.

14.4 - Qualquer ocorrência de violação do sigilo dos dados deve ser imediatamente comunicada à outra parte, sendo que todas as apurações e medidas de contenção, incluindo aquelas especificadas na legislação competente acerca da matéria, devem ser tomadas, de forma imediata, a fim de minimizar danos.

14.5 - Os dados pessoais da **BENEFICIÁRIA**, assim como das demais pessoas vinculadas à execução deste contrato, passarão a constar nas interfaces do **ÓRGÃO GERENCIADOR** como forma de permitir o perfeito cumprimento deste objeto.

14.6 - O **ÓRGÃO GERENCIADOR** atuará em perfeita sintonia à proteção dos dados pessoais, sendo que todos os procedimentos necessários ao fiel cumprimento da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) estão dispostos na Deliberação da Mesa nº 2.766/2021.

15 - DA VIGÊNCIA

15.1 - Esta **ARP** vigorará por 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.1.1 - A data de publicação será o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização desta **ARP** no PNCP.

15.1.2 - O prazo de vigência previsto nesta cláusula será contado com a exclusão da data de publicação referida na subcláusula 15.1.1 e com a inclusão do dia de vencimento.

15.1.3 - O prazo de vigência desta **ARP** será computado de data a data, ou seja, expirará no dia de igual número do de início, ou o último dia do mês, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo.

15.2 - Esta **ARP** poderá ser prorrogada por 1 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso e limitada a quantidade do objeto da prorrogação apenas ao saldo não consumido.

15.3 - Ocorrendo ou não a prorrogação, esta **ARP** vigorará até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua vigência, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

16 - DOS CASOS EXTINÇÃO DESTA ARP E RESPECTIVOS CONTRATOS

16.1 - Constituirão motivos para extinção desta **ARP** e respectivos contratos, que deverá ser formalmente motivada nos autos do respectivo processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas do edital do Pregão Eletrônico nº 69/2024, ou de cláusulas desta **ARP**, ou dos respectivos contratos, inclusive quanto a prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pelos agentes do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, designados para acompanhar e fiscalizar sua execução, ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **BENEFICIÁRIA**, que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou extinção da **BENEFICIÁRIA**;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

VII - não cumprimento, pela **BENEFICIÁRIA**, das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

16.2 - A **BENEFICIÁRIA** terá direito à extinção desta **ARP** na hipótese de atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

16.2.1 - A hipótese de extinção a que se refere a subcláusula 16.2 observará as seguintes disposições:

I - não será admitida em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a **BENEFICIÁRIA** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurará à **BENEFICIÁRIA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro desta **ARP** e respectivos contratos, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 - A extinção desta **ARP** e respectivos contratos poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes;

III - determinada por decisão judicial.

16.3.1 - A extinção determinada por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da Mesa Diretora do **ÓRGÃO GERENCIADOR** e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.3.2 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a **BENEFICIÁRIA** será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

16.4 - A extinção determinada por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na legislação aplicável, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** e das multas aplicadas.

17 - DO FORO

17.1 - O foro da comarca de Belo Horizonte é o competente para solucionar os litígios oriundos desta **ARP** e dos contratos dela decorrentes.

18 - DOS ANEXOS

18.1 - Integram a presente **ARP** o seu Anexo I (Especificação do Objeto), o Anexo II (Preços Registrados) e Anexo III (Logomarcas), as disposições do edital do Pregão Eletrônico nº 69/2024 e seus anexos, bem como a proposta de preços da **BENEFICIÁRIA**.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam a presente ARP em duas vias na presença de duas testemunhas.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite

Presidente - ALMG

Deputado Antônio Carlos Arantes
Primeiro-Secretário - ALMG

BENEFICIÁRIA

TESTEMUNHAS:

1)

CPF:

2)

CPF:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1 - LOTE 1 – TERNOS FEMININOS PRETOS

1.1.1 - Item 1 – ternos femininos: 64 (sessenta e quatro) unidades na cor preta; compostos cada um por um paletó e uma calça; confeccionados em tecido 95% poliéster, 5% elastano, gramatura 363 g/m ou 247 g/m²; admitindo-se variação de $\pm 10\%$; tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA** e conforme especificações abaixo:

a) Paletó feminino:

- modelo clássico social com gola de alfaiate forrada do próprio tecido;
- 4 (quatro) bolsos, sendo 2 (dois) bolsos embutidos externos na parte inferior, um de cada lado, medindo de 10 a 12 cm de comprimento, com vivo de 0,5 cm;
- 2 (dois) bolsos internos na parte superior, um de cada lado; frente arredondada, com comprimento na altura do quadril ou acima, abertura frontal fechável por 2 (dois) botões e caseado na horizontal com casa de olho, de forma a permitir uma boa apresentação, com 4 (quatro) recortes, dois de cada lado, sendo um saindo da cava até a barra e outro saindo do busto até a altura do bolso, mangas de paletó 2 (duas) folhas;
- costas com 2 (dois) recortes, um de cada lado, saindo do ombro até a barra, e com uma abertura de 10 cm com transpasse de 3 cm;
- aviamentos: linha 100% poliéster, bitola 100 ou 120;
- entretela 100% poliéster resinado para fundir no tecido;
- 3 (três) botões na cor do tecido com aproximadamente dois centímetros de diâmetro, sendo 2 (dois) na frente e 1 (um) reserva; forro parte interna toda coberta 94% poliéster e 6% elastano, na cor do tecido ou preto.

b) Calça social feminina:

- modelo reta, cós alto, sem prega, frente com 2 (dois) bolsos tipo faca, fechável com 2 (dois) botões no cós e parte interna com extensão, com caseado presa com 1 (um) botão, tamanho de 1,2 a 1,5 cm de diâmetro na cor do tecido, zíper comum com 12 a 18 cm, de nylon fino comum, com braguilha; cós com 5 (cinco) ou mais passantes de 1 cm, aproximadamente, anatômico de 6 a 7 cm, do próprio tecido entretelado;
- traseiro com 2 (duas) *pences* saindo do cós ao bolso;
- barra *overlock* nas partes desfiadas do tecido.

1.2 - LOTE 2: TERMOS MASCULINOS

1.2.1 - Item 1 – ternos masculinos: 107 (cento e sete) unidades, compostos cada um por um paletó e uma calça, na cor preta; em tecido composto por 65% poliéster e 35% lã penteada, gramatura 162 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**, conforme descrição a seguir:

a) Paletó masculino:

- forrado com tecido 100% poliéster na cor correspondente;

- com crina em manta acrílica colante para reforço de peito, forrada com feltro na parte de trás;
- lapela estreita, em formato *no tched* (recorte triangular), com mais ou menos 5 a 7 cm em sua parte mais larga, toda pespontada, ponto picado, com entretela;
- fechado na frente por dois botões de massa T-32 de quatro furos, medindo 20 mm, com caseado;
- ombros bem estruturados reforçados com manta acrílica sem colante, ombreiras embutidas em poliéster e algodão;
- manga forrada com tecido 100% poliéster na cor correspondente, com quatro botões de massa T-24 em cada punho, com caseado;
- vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro;
- 6 (seis) bolsos forrados em tecido 100% poliéster na cor correspondente ao terno, sendo 1 (um) bolso “chest” na parte superior externa do lado esquerdo, na altura do peito, onde vai o lenço, com vista larga de 2,5 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos com aba/portinhola, conhecido como *flap*, na parte inferior externa do paletó, um do lado direito e outro do lado esquerdo, com portinhola medindo de 5 a 6 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos internos *jetted* ou *double besom*, ou ainda *slash*, com acabamento em seu contorno tipo moldura, uma em cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, um na parte superior interna, lado esquerdo e outro do lado direito, este fechado por um botão com aleta em forma de triângulo e caseado;
- 1 (um) bolso pequeno interno *double besom* ou *slash*, embutido, na parte inferior do lado esquerdo;
- fenda dupla na parte de trás do paletó com costura vertical na união dos traseiros.

b) Calça social, reta, sem pregas, tecido idêntico ao do paletó:

- 2 (dois) bolsos tipo faca na frente (lados esquerdo/direito), forrados com tecido 100% poliéster na cor correspondente;
- 2 (dois) bolsos traseiros (lados esquerdo e direito) *double besom* com acabamento em seu contorno tipo duas molduras, uma em cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, forro de bolso 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão na cor preta;
- forro de cós 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão, presos por um botão de massa T-24 e caseado; 6 (seis) a 8 (oito) passadores para cinto; zíper em nylon, com 18 cm, trava automática;
- cós postiço, forro de cós montado na cor do tecido preta;
- cós de 40 mm com extensão em forma de bico fechável por gancho metálico e 1 (um) botão na extensão, parte interna com extensão com casa de olho preso com 1 (um) botão de massa T-24 também para fechamento; aviamentos na cor do tecido e linha 100% poliéster.

1.2.2 - Item 2 – ternos masculinos: 101 (cento e uma) unidades, compostos cada um por um paletó e uma calça, na cor cinza grafite; em tecido composto por 65% poliéster e 35% lã penteada, gramatura 162 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**, conforme descrição a seguir:

a) Paletó masculino:

- forrado com tecido 100% poliéster na cor correspondente;
- com crina em manta acrílica colante para reforço de peito, forrada com feltro na parte de trás;
- lapela estreita, em formato *no tched* (recorte triangular), com mais ou menos 5 a 7 cm em sua parte mais larga, toda pespontada, ponto picado, com entretela;
- fechado na frente por dois botões de massa T-32 de quatro furos, medindo 20 mm, com caseado;
- ombros bem estruturados reforçados com manta acrílica sem colante, ombreiras embutidas em poliéster e algodão;
- manga forrada com tecido 100% poliéster na cor correspondente, com quatro botões de massa T-24 em cada punho, com caseado;
- vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro;
- 6 (seis) bolsos forrados em tecido 100% poliéster na cor correspondente ao terno, sendo 1 (um) bolso “chest” na parte superior externa do lado esquerdo, na altura do peito, onde vai o lenço, com vista larga de 2,5 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos com aba/portinhola, conhecido como *flap*, na parte inferior externa do paletó, um do lado direito e outro do lado esquerdo, com portinhola medindo de 5 a 6 cm de largura;
- 2 (dois) bolsos internos *jetted* ou *double besom*, ou ainda *slash*, com acabamento em seu contorno tipo moldura, uma em cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, um na parte superior interna, lado esquerdo e outro do lado direito, este fechado por um botão com aleta em forma de triângulo e caseado;
- 1 (um) bolso pequeno interno *double besom* ou *slash*, embutido, na parte inferior do lado esquerdo;
- fenda dupla na parte de trás do paletó com costura vertical na união dos traseiros.

b) Calça social, reta, sem pregas, tecido idêntico ao do paletó:

- 2 (dois) bolsos tipo faca na frente (lados esquerdo/direito), forrados com tecido 100% poliéster na cor correspondente;
- 2 (dois) bolsos traseiros (lados esquerdo e direito) *double besom* com acabamento em seu contorno tipo duas molduras, uma em cima e a outra embaixo da entrada do bolso, sem aba por fora, forro de bolso 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão na cor preta;
- forro de cós 67% poliéster e 33% algodão ou 55% poliéster e 45% algodão, presos por um botão de massa T-24 e caseado; 6 (seis) a 8 (oito) passadores para cinto; zíper em nylon, com 18 cm, trava automática;
- cós postiço, forro de cós montado na cor do tecido cinza grafite;
- cós de 40 mm com extensão em forma de bico fechável por gancho metálico e 1 (um) botão na extensão, parte interna com extensão com casa de olho preso com 1 (um) botão de massa T-24 também para fechamento; aviamentos na cor do tecido e linha 100% poliéster.

1.2.3 - Item 3 – gravatas *slim* em cores diversas: 208 (duzentas e oito) unidades, em tecido *jacquard*, 100% poliéster; entretela grossa de 5,5 a 8,0 cm na parte mais larga e 2,5 cm a 4,0 cm na parte mais estreita; 1,5 m (um metro e meio) de comprimento (tolerância de até 10% para menos); passantes duplos, cores variadas.

1.2.4 - Item 4 – calças sociais masculinas avulsas: 6 (seis) unidades, na cor preta, modelo e tecido idênticos aos da calça do terno, conforme especificações técnicas descritas no subitem 1.2.1 e sua alínea “b”.

1.3 - LOTE 3: CAMISAS SOCIAIS

1.3.1 - Item 1 – camisas sociais femininas: 160 (cento e sessenta) unidades:

- modelo social;
- na cor branca;
- em tecido liso, 100% algodão, tricoline encorpado, sem transparência, gramatura: 112 g/m² a 115 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; não deve transparecer o corpo;
- tipo passa fácil; gola colarinho entretelado e pespontado no contorno da gola;
- manga longa com punho entretelado de 6 cm (seis centímetros) todo pespontado, fechável por dois botões na vertical T-18, com caseado na horizontal;
- abertura frontal para vestir ou desvestir, fechável por 8 a 10 botões T-18 em casas verticais, com botão triplo na altura do busto;
- 4 (quatro) *pences*, sendo duas de cada lado, uma saindo na altura do busto até a barra na vertical, e a outra saindo próxima à cava, na horizontal, medindo aproximadamente 14 (quatorze) cm; traseiro com 2 (duas) *pences*, uma de cada lado, até a barra, medindo aproximadamente 40 cm (quarenta centímetros);
- etiqueta do fabricante com composição do tecido e tamanho;
- tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.3.2 - Item 2 – camisa social masculina: 475 (quatrocentas e setenta e cinco) unidades:

- modelo social;
- cor branca;
- mangas longas, em tecido misto com 73% em algodão e 27% em poliéster, tipo passa fácil, armação maquineta, sem transparecer o corpo, gramatura de 136 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$;
- colarinho pespontado, entretelado com barbatana removível;
- pala dois panos (dupla);
- manga comprida tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm com carcela dupla com 1 (um) botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 7 cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 (dois) botões em cada punho;
- bolsos: do lado esquerdo, bainha simples modelo de bico à altura do peito, reforços mosqueados nos cantos, com 12 cm de largura por 15 cm de altura; vista embutida de 3,0 a 3,5 cm, botão reserva na vista interna;
- fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada;
- ombro: costura embutida pesponto na beira;
- costa: com 2 (duas) pregas, uma de cada lado; abertura: frontal para vestir ou desvestir, em toda a extensão, fechável por sete a dez botões brancos T-18;
- etiqueta do fabricante com composição do tecido e tamanho;
- tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.4 - LOTE 4: UNIFORMES OPERACIONAIS

1.4.1 - Item 1 – calças operacionais femininas: 64 (sessenta e quatro) unidades, em modelagem feminina:

- na cor preta;
- em tecido *polybrim*, composição 67% algodão e 33% poliéster, gramatura de 240 g/m², admitindo-se variação de $\pm 10\%$; com 2 (dois) bolsos laterais externos com tampa e fechamento em velcro na altura da coxa, 2 (dois) bolsos traseiros externos com tampa e fechamento em velcro, 2 (dois) bolsos laterais em faca na altura do quadril;
- 5 (cinco) a 8 (oito) passantes para cinto;
- sem reforço entre as pernas;
- cóis duplo;
- fecho frontal com um zíper;
- dois botões na vertical;
- tamanhos de acordo com as medidas das usuárias a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**, considerando, ao menos, as medidas de cintura, quadril e do comprimento da calça de cada uma.

1.4.2 - Item 2 – camisas polo femininas: 96 (noventa e seis) unidades de camisas tipo gola polo, em modelagem feminina:

- cor preta;
- cinturada;
- mangas curtas, sem bolso;

- malha *piquet*;
- composição 50% algodão e 50% poliéster, gramatura de 210 g/m², admitindo-se variação de ± 10%; *anti-pilling*;
- proteção UV 50+;
- com *silk screen* das imagens e inscrições da Polícia Legislativa, indicadas no tipo 1 do Anexo VI - Logomarcas - deste instrumento, gravadas na altura do peito lado esquerdo, na manga do lado direito e nas costas: tamanhos PP, P, M, G, GG, XG e XGG de acordo com a aferição das usuárias feita pela **BENEFICIÁRIA**.

1.4.3 - Item 3 – calças operacionais masculinas: 198 (cento e noventa e oito) unidades, em modelagem masculina, em tecido e demais especificações idênticos ao do subitem 1.4.1;

1.4.4 - Item 4 – camisas polo unissex: 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) unidades, em modelagem masculina, em tecido e demais especificações, exceto a de cinturada, idênticos ao do subitem 1.4.2, com *silk screen* das imagens e inscrições da Polícia Legislativa (tipo 1) e do Procon (tipo 2), indicadas no Anexo VI - Logomarcas - deste instrumento, gravadas na altura do peito lado esquerdo; na manga do lado direito e nas costas.

1.5 - LOTE 5: SAPATOS E CINTOS FEMININOS

1.5.1 - Item 1 – sapatos sociais femininos: 64 (sessenta e quatro) pares de sapatos femininos:

- modelo *oxford*, bico redondo;
- cabedal em couro preto de primeira qualidade, sem marcas, isenta de cortes, cicatrizes e de sinais de parasitas, carrapatos, bernes e outros defeitos provocados por riscos de cerca de arame farpado ou marcas de fogo;
- fechamento por cadarço;
- material do forro sintético;
- material do solado em TR antiderrapante, sintético;
- salto com 2 (dois) cm;
- palmilha em PU confortável;
- detalhes de perfuros vazados com pesponto e recorte ou liso.

1.5.2 - Item 2 – cintos sociais femininos: 32 (trinta e duas) unidades de cintos femininos:

- modelo social;
- na cor preta;
- confeccionados em couro bovino 100% legítimo não reconstituído (face e forro, com a etiqueta de comprovação do fabricante);
- com extremidades costuradas ou sem costura e comprimento de acordo com as medidas das usuárias, com 5 (cinco) a 7 (sete) furos;
- 3,0 cm de largura aproximadamente, podendo variar em 0,5 cm para mais ou para menos, tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.5.3 - Item 3 – meias femininas %4: 160 (cento e sessenta) pares, na cor preta, lisa, opaca, fio 40, com punho de no mínimo 3 cm, composição do tecido: 92% poliéster e 8% elastano, tamanho único.

1.6 - LOTE 6: SAPATOS E CINTOS MASCULINOS

1.6.1 - Item 1 – sapatos sociais masculinos: 208 (duzentos e oito) pares de sapatos sociais masculinos:

- de amarrar;
- na cor preta;
- com Sistema de Amortecimento em Gel Aparente (visível levantando a palmilha ou externamente);
- bico fino quadrado;
- confeccionado em couro 100% legítimo, bovino, caprino ou mestiço, não reconstituído (com a etiqueta de comprovação do fabricante);
- forro interno e palmilha antitranspirante;
- solado confeccionado em *Thermoplastic Rubber* - TR - emborrachado com sistema de amortecimento em gel aparente ou borracha gel superflexível;
- tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA** e ao menos dois pares de tamanho correspondente ao número 46.

1.6.1.1 - Marcas e modelos de referência:

a) Francajel – *Pro Shock*;

b) Democrata - *Smart Comfort Air Spot*;

c) Jotapê - *Air Masserata*.

1.6.2 - Item 2 – cintos sociais masculinos: 109 (cento e nove) unidades de cintos masculinos:

- modelo social;
- dupla face;

- preto de um lado e marrom do outro;
- confeccionado em couro bovino 100% legítimo não reconstituído, sem emendas e sem costura (face e forro, com a etiqueta de comprovação do fabricante);
- medindo de 3,0 a 4,0 cm de largura;
- fivela com banho tipo aço escovado, fumê ou níquel com garra regulável e giratória; tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA**.

1.6.3 - Item 3 – meias sociais masculinas: 476 (quatrocentas e setenta e seis) pares, confeccionadas em tecido 70% algodão, 28% poliamida e 2% outras fibras, na cor preta, numeração de 39 a 43. Deve vir com etiqueta de composição, instrução de lavagem conforme normas do INMETRO. Produto de fabricação nacional.

1.7 - LOTE 7: COTURNO

1.7.1 - Item 1 – coturnos: 65 (sessenta e cinco) unidades de coturnos, tamanhos de acordo com as medidas dos usuários a serem aferidas pela **BENEFICIÁRIA** e que atendam às especificações a seguir:

- cabedal: constituído 100% em couro com ao menos 1.8 mm de espessura, repelente a água, acabamento em cordura; língua e traseira em cordura, densidade: 1000, com duplo revestimento: resina acrílica (repelente à água) e flúor carbono, proteção aos raios UV; forração aerada para refrigeração interna, respiração e secagem mais rápida; propriedades retardante de chamas; altura do cano 21,5 cm (número 40), altura do cano a partir do solado é de 23 a 25,5 cm – média 9,7” polegadas; possui acabamento semifosco;
- forração: com poros para transpiração, respirável; que favoreça a respiração e o armazenamento de ar;
- biqueira: em coureira resistente a deformação como as dos calçados de segurança, que mantenha o formato de bico da forma mesmo depois de longo tempo de uso;
- solado: com isolamento elétrico, 100% em borracha antiderrapante com alta abrasividade, costurado, de tração na dianteira e de frenagem traseira; com frisos antiaquaplanagem, resistente a óleo e ao calor até 300°C (1 min);
- palmilhas: 1 palmilha de montagem em policloreto de vinila, polímero de alta resistência que atua como isolante elétrico, térmico e à prova d’água; outra palmilha em EVA conformado anatomicamente com sistema de conforto e 12 mm de espessura, forrada em poliéster, antifungos e bactérias;
- passadores: 2 ganchos abertos e 8 passadores simples por pé, todos fixados ao cabedal por rebite;
- passadores de cadarço de alta resistência e antidesfiamento;
- não detectáveis em portais detectores de metais de bancos e aeroportos;
- cadarços: poliéster de alta resistência redondo antidesfiamento; trançado, ponteiras 20 mm, filme de acetato. Quantidade de fios 128 (título do fio: 167/47/1). Enchimento (alma): 3 fios (título do fio: 220/48/2). Peso total p/ metro: 4,97gr. comprimento total: 1,6 m;
- contraforte: em polímero policloreto de vinila, isolante elétrico, isolante térmico, que não absorva água, que preserve a anatomia do calcanhar;
- cor: todo preto.

1.7.2 - Marca e modelo indicado: coturno militar em couro e cordura, marca *Airstep* modelo 8990-1.

ANEXO II – PREÇOS REGISTRADOS

LOTE 1								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	64	un	0019751530	Terno feminino, compostos cada um por um paletó e uma calça, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
PREÇO TOTAL								

LOTE 2								
			Código no		Valor unitário		Valor total	

Item	Qtde.	Unid.	Portal de Compras	DESCRIÇÃO	S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	107	un	001975536	Terno masculino preto, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
2	101	un	001979060	Terno masculino cinza grafite, compostos cada um por um paletó e uma calça, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
3	208	un	001030744	Gravata <i>slim</i> em cores diversas, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
4	6	un	001975773	Calça social masculina avulsa, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
PREÇO TOTAL								

LOTE 3								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	160	un	001975781	Camisa social feminina, na cor branca, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, , marca e modelo				
2	475	un	001975790	Camisa social masculina, na cor branca, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto.				
PREÇO TOTAL								

LOTE 4								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	64	un	001525026	Calça operacional feminina, na cor preta; conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, , marca e modelo				
2	96	un	001730541	Camisas tipo gola polo feminina, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
3	198	un	001525034	Calça operacional masculina, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
4	555	un	001975803	Camisas polo unissex, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
PREÇO TOTAL								

LOTE 5								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	64	par	001705873	Sapatos sociais femininos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
2	32	un	001541684	Cintos sociais femininos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
3	160	par	001525018	Meias sociais femininas ¾, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
PREÇO TOTAL								

LOTE 6								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	208	par	001524984	Sapatos sociais masculinos; conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
2	109	un	001524992	Cintos sociais masculinos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
3	476	par	001971557	Meias sociais masculinas, na cor preta, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca e modelo				
PREÇO TOTAL								

LOTE 7								
Item	Qtde.	Unid.	Código no Portal de Compras	DESCRIÇÃO**	Valor unitário		Valor total	
					S/ICMS	C/ICMS	S/ICMS	C/ICMS
1	65	par	001713230	Coturnos, conforme especificações do Anexo V - Especificações do Objeto, marca <i>Airstep</i> . modelo 8990-1.				
PREÇO TOTAL								

ANEXO III - LOGOMARCAS



TIPO 2 - Procon



Documento assinado eletronicamente por **Suellen Christine Sernizon Gonçalves Esteves, Pregoeiro(a)**, em 03/12/2024, às 13:44, conforme [Deliberação nº 2.710, de 2019](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.almg.gov.br/documento_conferir informando o código verificador **0159393** e o código CRC **FDD41351**.

Comissão de Contratação / Agente de Contratação / Pregoeira e Equipe de Apoio

Referência: Processo nº 000034-
8/2024

Doc. SEI nº 0159393v3